



**Conselho  
Nacional de  
Política Cultural**

**18ª REUNIÃO ORDINÁRIA  
DA CÂMARA TEMÁTICA DE  
REESTRUTURAÇÃO DO CNPC**

**29 DE JANEIRO DE 2026**

## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE REESTRUTURAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL..... | 3  |
| Participantes.....  | 3  |
| Pauta.....  | 4  |
| Relato dos assuntos tratados na Reunião.....  | 5  |
| Encaminhamentos.....  | 9  |
| Próximas agendas.....   | 10 |
| Responsáveis pela elaboração.....   | 11 |

## CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

### ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TEMÁTICA DE REESTRUTURAÇÃO DO CNPC

**DATA DE REALIZAÇÃO:** 29 de janeiro de 2026

**LOCAL:** Sala de Reunião, 4º Andar, Esplanada dos Ministérios Bloco B - Zona Cívico-Administrativa, Brasília – DF,

#### Participantes

##### Conselheiros do Poder Público:

- **Fabiano Piúba** (Secretário de Formação e Leitura); e
- **Tereza Cristina Oliveira** (Diretora de Fomento Direto da Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura);

##### Conselheiros da Sociedade Civil:

- **Lucimar Bezerra Marques** (representante da Região Norte – Amazonas/AM);
- **Luiz Felipe Vitelli** (representante da Região Centro-Oeste);
- **João Michel Daniel Ferreira** (representante da Região Sudeste – Minas Gerais/MG); e
- **Thayná Fernandes Araújo Paes** (representante da Região Sudeste – Minas Gerais/MG).

##### Coordenação-Geral do CNPC:

- **Daniel Samam** (Coordenador-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural - CNPC);
- **Diego Santoro** (Chefe de Subdivisão do Conselho Nacional de Política Cultural – CGCNPC);
- **Vinícius Prado Januzzi** (Coordenador do CNPC).

## **Pauta**

**Dia 29/01**

### **1. Debate e pactuação da reestruturação do CNPC**

- **A. Apresentação de proposta e formato de reestruturação da sociedade civil na Câmara Temática;**
- **B. Apresentação de formato de reestruturação do poder público na Câmara Temática; e**
- **C. Debates e encaminhamentos para o Plenário, na 16ª Reunião Extraordinária do CNPC.**

### **2. Encerramento da Reunião**

## Relato dos assuntos tratados na Reunião

### 1. Debate e pactuação da reestruturação do CNPC

O Sr. Vinícius Prado Januzzi iniciou a reunião cumprimentando a todos e resumiu que o objetivo da reunião era avançar na proposta de reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC).

#### **Apresentação de proposta e formato de reestruturação da sociedade civil na Câmara**

**Temática:** Com a palavra, o Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes informou que os representantes da sociedade civil tinham elaborado uma proposta de Minuta de reestruturação do CNPC. Afirmou que o texto tinha sido elaborado com base nas decisões da Conferência Nacional de Cultura (CNC) e nas colocações do Ministério da Cultura (MinC) através da Câmara Temática de Reestruturação do CNPC. Relembrou todo o trabalho desenvolvido pela CT desde a sua instituição, em 2023, com destaque para as diversas escutas e para os debates desenvolvidos na reunião anterior. Reforçou os seguintes acordos atingidos anteriormente sobre o tema: Cotas mínimas de participação: 50% mulheres, 30% negros, 10% indígenas, 5% pessoas com deficiência e 5% pessoas LGBTQIAPN+; a presença de um representante de cada Estado do país; entre dez e quinze representantes de segmentos. Somou que tinham sido definidas oito Comissões Permanentes, sendo elas: Acompanhamento do Plano Nacional; Acompanhamento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais; Sistema Nacional de Financiamento à Cultura; Acompanhamento aos Conselhos Estaduais e Políticas Culturais; Pauta Legislativa da Cultura; Formação; Democratização, Acesso e Acessibilidade; e Intersetorial. A seguir, o Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes informou as diferenças da proposta consensuada e da proposta posteriormente apresentada pelo MinC, incluindo a exclusão das representações estaduais e a redução para três Comissões Permanentes. Sobre a nova proposta da sociedade civil, disse que ampliaria a participação social e equilibraria a representação entre os setores e os territórios, além de permitir a incidência do CNPC sobre todos os componentes do Sistema Nacional de Cultura. Falou sobre a indicação de criação da Comissão Interconselhos e da Comissão dos Colegiados Setoriais, a fim de ampliar as representações e assessorar os conselheiros. Sobre a composição do Conselho, indicou que seriam 30 representantes da sociedade civil, sendo 15 regionais, no

mínimo três por Região, no máximo um por Estado e incluindo municípios de pequeno e médio porte; e 15 representantes setoriais, incluindo representações das culturas indígenas e afro-brasileiras. Explicou o processo de eleição dos representantes e somou que os não eleitos, mas com mais votos após os eleitos, fariam parte das Comissões supracitadas. Acerca das representações dos setores, informou que mais de 40 variedades tinham sido listadas e que as 15 mais votadas seriam eleitas, salvaguardadas culturas indígenas e afro-brasileiras. A seguir, explicou que a Comissão Interconselhos teria 48 membros, 29 da sociedade civil, sendo: os 15 representantes regionais eleitos no pleno do CNPC, um de cada Estado, mais 12 representantes regionais mais votados no processo eleitoral do CNPC, exceto dos Estados que já estão no pleno; um representante do Fórum de Conselhos Estaduais; um representante do Fórum de Conselhos Municipais; três representantes do Fórum de Gestores; três representantes da Comissão Intergestores Tripartite; cinco representantes do MinC; um representante da Comissão de Cultura; um representante da Comissão de Cultura e Educação do Senado; e um representante da Confederação Nacional dos Municípios. Sobre a Comissão de Colegiados Setoriais, listou que seriam 30 representantes da sociedade civil e 20 do poder público, conforme segue: os 15 representantes dos setores mais votados; e 15 representantes dos setores e expressões mais votados no processo eleitoral do CNPC, exceto os eleitos; 15 representantes das áreas finalísticas relacionadas à política setorial; e cinco representantes de outros Ministérios. Ainda, disse que a proposta de estrutura para o CNPC incluía o pleno, a mesa diretora, a secretaria executiva, as comissões permanentes, as câmaras temáticas, a Comissão Interconselhos, a Comissão dos Colegiados Setoriais, os grupos de trabalho, a Comissão de Ética e Transparência e a Conferência Nacional de Cultura. Listou as Comissões Permanentes propostas, a saber: Comissão do Plano Nacional de Cultura; Sistema Nacional de Financiamento da Cultura; Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais; Sensibilidade, Redução das Desigualdades e Crise Climática. Depois, o Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes procedeu à leitura da Minuta que dispõe sobre o CNPC proposta pela sociedade civil da Câmara Temática de Reestruturação.

- **Apresentação de formato de reestruturação do poder público na Câmara Temática:** O Sr. Vinícius Prado Januzzi seguiu à apresentação da proposta de Minuta elaborada pelo poder público e iniciou contextualizando a legislação por trás do CNPC. Destacou dentro da

proposta a reestruturação do Conselho quanto à soberania e à retomada dos colegiados setoriais. Analisou o desenho da composição do Conselho com base na legislação, indicando como pilares a governança, o caráter legal e a representatividade. Enfatizou que a composição contaria com 20 representantes da sociedade civil e 20 membros do poder público, dada a obrigatoriedade da paridade, incluindo oito representantes das áreas técnico-artísticas, divididas entre os eixos de diversidade das expressões culturais brasileiras, patrimônio e memória, Política Nacional de Economia Criativa e Política Nacional Cultura Viva; além de 16 representantes do MinC. Citou o estabelecimento do caráter permanente do Conselho e a criação de Colegiados Nacionais de Participação Social da Política Cultural para auxiliar na participação social, responsáveis pela eleição das representações do CNPC, com composição entre 15 e 20 membros e atendendo as cotas propostas. Somou que a representatividade territorial seria garantida via Colegiados Setoriais e definiu os Colegiados como estruturas auxiliares de participação social, além de garantir que as informações seguiriam um fluxo dos Colegiados para o pleno. Enumerou as cinco Comissões Permanente propostas: Plano Nacional de Cultura; uma comissão relacionada ao Sistema Nacional de Financiamento; uma comissão responsável por articulação federativa, com estados e com o Congresso Nacional; Programa de Formação; e Acompanhamento aos Colegiados Nacionais de Participação Social e dos Fóruns Nacionais de Participação Social da Cultura. Sobre a estrutura organizacional, informou que seria composta por: plenária, mesa diretora, secretaria executiva, comissões permanentes, câmaras temáticas e colegiados nacionais de participação social da política cultural. Lembrou também da criação dos fóruns nacionais de participação social da cultura, para apoio das demandas transversais das políticas culturais e acompanhamento dos trabalhos do CNPC. Falou sobre o acréscimo de competências ao CNPC, de acordo com as demandas da reunião anterior, e afirmou que as cotas propostas seriam cumpridas. Ainda, informou que o mandato seria de três anos para a sociedade civil, permitida uma recondução condicionada à manutenção dos critérios de habilitação.

#### **Debates e encaminhamentos para o Plenário, na 16ª Reunião Extraordinária do CNPC:**

Após a abertura de espaço para a manifestação dos presentes e o esclarecimento das dúvidas, evidenciou-se que as propostas tinham pontos significativos de convergência, porém enfatizou-se a preocupação com a representatividade diante da proposta do poder público. Como encaminhamento, ficou definido que ambas as propostas seriam apresentadas para o pleno do

CNPC na 16ª Reunião Extraordinária do CNPC, a ser realizada no dia 3 de fevereiro, preferencialmente em formato comparativo. Foram listados como principais pontos de divergência a eleição direta, a composição, as verbas indenizatórias e as funções atribuídas ao Conselho.

## **2. Encerramento da Reunião.**

A reunião foi encerra com agradecimentos a todos.

### Encaminhamentos

| Ação  | Responsável                      | Prazo de Execução |
|---|----------------------------------|-------------------|
| Apresentação das propostas à Plenária do CNPC | Conselheiros e Coordenação-Geral | 03 de fevereiro   |

## Próximas agendas

| <b>Reunião</b>             | <b>Data</b> | <b>Horário</b> | <b>Local</b> |
|----------------------------|-------------|----------------|--------------|
| 16ª Reunião Extraordinária | 03/02/26    | 09h            | Híbrida      |

## Responsáveis pela elaboração

| Nome                      | Função  | Contato                  |
|---------------------------|---------|--------------------------|
| RKD Degravações e Eventos | Redação | rdkdegravacoes@gmail.com |
| CGCNPC                    | Revisão | cnpc@cultura.gov.br      |



**Conselho  
Nacional de  
Política Cultural**

REUNIÃO DA CÂMARA  
TEMÁTICA DE  
REESTRUTURAÇÃO DO  
CONSELHO NACIONAL DE  
POLÍTICA CULTURAL

29 DE JANEIRO DE 2026

# CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL

## ESTENOTIPIA DA Reunião da Câmara Temática de Reestruturação do Conselho Nacional de Política Cultural

**DATA DE REALIZAÇÃO:** 29 de janeiro de 2025

**HORÁRIO:** 14h30

**LOCAL:** Sala de Reunião, 4º Andar, Esplanada dos Ministérios Bloco B - Zona Cívico-Administrativa, Brasília - DF, 70068-900, em formato híbrido, com transmissão online.

[LINK DA PLATAFORMA TEAMS](#)

[LINK DE TRANSMISSÃO NO YOUTUBE](#)

1 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Boa tarde a todas, boa tarde a todos.  
2 Iniciando aqui mais uma reunião desta Câmara Temática de Reestruturação do Conselho  
3 Nacional de Política Cultural. Trazendo aqui, a gente tem hoje uma reunião mais de  
4 trabalho, finalizando trabalhos, não é? Justamente pensando aí na camada para a próxima  
5 reunião extraordinária, a 16ª extraordinária, marcada para o dia 3 de fevereiro, terça-feira,  
6 das nove às cinco, também, obviamente, com transmissão pelo YouTube do MinC. Bom,  
7 hoje a gente teve, pela manhã, uma reunião de trabalho de alguns membros desta Câmara  
8 e aqui repasso novamente, segundo resolução, membros titulares, Thaynã Paes,  
9 coordenador, Conselheiro, representante regional do Sudeste. João Michel, Conselheiro,  
10 também titular desta Câmara, coordenador, titular do PEC. João Michel, Conselheiro  
11 suplente, coordenador, também representante regional do Sudeste. Luiz Filipe Vitelli,  
12 nosso Conselheiro titular desta Câmara, representante regional do PEC. Minha  
13 Conselheira, Lucimar, também suplente e representante regional da região Norte. Por  
14 parte do Poder Público, Conselheiro Fabiano Piúba, secretário de formação e de leitura.  
15 Membro titular desta Câmara. E Teresa Cristina Oliveira, diretora de fomentos diretos e  
16 representante suplente da SEFIC, da Secretaria de Fomento à Cultura. A Secretaria de  
17 Fomento à Cultura é um movimento incentivo à cultura. Temos, infelizmente, o secretário  
18 Henilton, titular desta Câmara não está presente, está cumprindo a agenda. Também  
19 cumprindo a agenda externa o secretário-executivo do Conselho, Edivaldo Júnior. Então,  
20 eu, Daniel Samam, coordenador-geral do CNPC e nosso coordenador do CNPC, Vinícius

21 Januzzi. Estamos no suporte aqui de secretariar essa reunião. Bom, daqui eu passo para a  
22 Thaynã e Vinícius. Acho que tem uma pactuação entre as Thaynã e Vinícius que construíram  
23 na reunião prévia da manhã. Acho que eles podem trazer um pouco dessa pactuação para  
24 a gente também continuar os trabalhos. Lembrando, essa reunião está aberta aqui a todos  
25 os Conselheiros, bem como transmitida a todos os interessados. Secretária Márcia  
26 Rollemberg, também da Secretaria de Cidadania e Universidade Federal presente aqui por  
27 hoje. Tem também informações colegiais na descrição, meio que de um jeito ou outro. E  
28 passo aqui então, de imediato, ao coordenador da Thaynã e ao Vinícius para trazer um  
29 pouco da construção vinda pela manhã.

30 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

31 – Boa tarde, pessoal. Bom, meu nome é Vinícius, sou coordenador aqui na coordenação-  
32 geral do Conselho Nacional de Política Cultural. A pauta dessa reunião é a reestruturação,  
33 como vem sendo desde o início. Essa é a 18ª reunião ordinária, fora dos outros encontros  
34 que a gente teve em reuniões ordinárias do próprio plenário. O objetivo dessa reunião é  
35 pactuar as propostas e os formatos de reestruturação que poderão ser levados ao plenário  
36 para a deliberação de todos os Conselheiros e Conselheiras. Mas, para fazer isso, vocês  
37 estão nos ouvindo. Para fazer isso, a gente conversou hoje pela manhã e estive aqui no  
38 meio com os Conselheiros e as Conselheiras da Sociedade Civil. Inicialmente, a gente vai  
39 ter uma apresentação dos membros da Sociedade Civil dessa Câmara Temática de uma  
40 proposta de reestruturação. A gente combinou que seriam ali 30 minutos, um pouco mais  
41 e um pouco menos. A partir dali o Poder Público apresenta seu desenho, que é, já digo,  
42 atualizado em relação aos que estavam colocados na 44ª reunião ordinária. Nós teremos  
43 ali por volta de uma hora a conversa entre os membros Conselheiros, prioritariamente  
44 entre aqueles que estão presentes aqui, que são membros titulares e suplentes dessa  
45 gama. E aí, com o tempo disponível dentro do prazo que a gente tem aqui, a gente abre a  
46 fala, se possível, para os demais Conselheiros e Conselheiras aqui presentes. Registro  
47 também que todo esse diálogo, ele vai poder ser feito e deve ser feito no ambiente da  
48 próxima reunião ordinária, décima-sexta, como o Daniel falou, marcada para o próximo dia  
49 3 de fevereiro, na terça-feira. Então, essas eventuais falas que não couberem aqui poderão  
50 ser feitas no ambiente do plenário e serão da deliberação coletiva. Foi isso? Registro  
51 corretamente a [ininteligível]? Então, o que eu peço agora... Então, passa a palavra para  
52 Thaynã, se você quiser fazer uma abertura da sua fala, e aí depois a gente faz a

53 apresentação. A partir de agora, eu vou contar os 30 minutos, mas mais para controle fácil  
54 para você e o desenvolvimento. Enfim, aí se você precisar de mais algum tempo, a gente  
55 vai usando esse tempo de todo mundo.

56 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Muito  
57 obrigado, vamos lá. Bom, gente, bom demais, boa tarde, que bom que a gente está  
58 reunido com essa finalidade, a Comissão em janeiro, abrir a Câmara, com essa emergência,  
59 mas nesse trabalho que já tem muito tempo que a gente está debruçado com esse  
60 compromisso. Então, a ideia, a gente construiu uma proposta, desde a última reunião  
61 presencial que teve, que teve a apresentação da proposta pelo Ministério da Cultura, e a  
62 partir daqui, dentro do possível, a gente se articulou enquanto Sociedade Civil, por meio  
63 da Câmara, e com os demais membros da Sociedade Civil do Conselho, e chegamos perto  
64 dessa proposta, a gente tem uma minuta para apresentar, e a gente fez aqui na parte da  
65 manhã, rapidamente, então está bem, uma forma meio madura, mas feita com... Com  
66 empenho. Com empenho, com vontade, é um slide para poder ficar mais fácil também para  
67 quem está acompanhando de casa, compreender melhor, mas a gente vai apresentar o  
68 slide, a ideia é apresentar o slide, depois em seguida, brevemente, fazer uma  
69 aprendizagem da minuta.

70 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
71 – Perfeito, alguma coisa? Posso puxar a apresentação? Comece com a apresentação  
72 mesmo. Onde está aqui? Foi? Aqui na janela não aparece a apresentação, senhor. Mas  
73 quando eu abro a janela aqui, ela não está aparecendo. Está compartilhando? Não, ela  
74 compartilha, só que não aparece está... A gente pode... Só que aí eu tenho que colocar lá  
75 na janela, vou colocar a apresentação. Acho que foi, vocês podem conferir. Agora está  
76 aparecendo. Vou colocar aqui, pronto. Agora ficou melhor. Podemos? Podemos começar  
77 então?

78 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom,  
79 gente, essa proposta, a base dela, sobretudo, é a junta com as coisas que a gente fez na  
80 Câmara, nos trabalhos da Câmara, desde que a gente iniciou, antes da Câmara ser  
81 instituída. Porque esse trabalho começou antes mesmo da Câmara ser instituída. Então,  
82 basicamente, as coisas que a gente trouxe foi em cima disso, que é muito em cima também  
83 da conferência, muito em cima também do que o Ministério da Cultura foi demonstrando,  
84 enquanto limites, possibilidades mesmo de ampliação desse Conselho, em questão de

85 número, de logística também. Então, a gente tentou chegar em algo que não é o ideal que  
86 a gente queria. Não é o ideal que a gente queria enquanto Sociedade Civil, ainda não é o  
87 ideal. Mas é próximo do que a gente acredita que é possível dentro dessa estrutura, dentro  
88 do Ministério, de avançar. Então, é algo que a gente entende como algo equilibrado. Não  
89 um sonho, mas algo equilibrado e possível ser viável. Uma questão que eu acho que  
90 paralisou um pouco dos trabalhos que foram apresentados pelo Ministério da Cultura na  
91 última reunião, a presencial, talvez uma visão de construir algo para si mesmo. Olhando os  
92 limites que a gente tem no Conselho, o que algumas pessoas não concordam, não gostam,  
93 algo como se fosse para nós mesmos. Então, com muita sinceridade, queria que a gente  
94 focasse naquilo que nos move mesmo, naquilo que fez com que a gente, quem está no  
95 Poder Público, quem está na Sociedade Civil, fez com que a gente se dedicasse a estar  
96 onde está, nessa militância, nesse trabalho que é de fato entregar algo para a sociedade  
97 brasileira. Como se fosse buscar mesmo fazer o melhor, deixar um legado mesmo dentro  
98 do concílio para a sociedade. Uma impressão que às vezes dá é que alguns limites são  
99 dados como se fosse para nós mesmos no ano que vem. A gente não sabe como vai ser, a  
100 gente espera que o Presidente Lula reeleja, mas a equipe, a gente não sabe se vai ser a  
101 mesma. Então, a gente tem que aproveitar ao máximo essa oportunidade, que eu acho  
102 incrível, a oportunidade que você tem com o secretário, com a gestão, de fazer a gestão  
103 de algo para o maior país, um país tão grande, tão rico, tão maravilhoso. Então, que a gente  
104 consiga mesmo, do fundo do coração, pensar mesmo nesse país, nessas pessoas que  
105 fazem a cultura, que mobilizam também, que lutam por ela. Então, a proposta elaborada  
106 pela Sociedade Civil com base nas escutas e estudos realizados no âmbito da Câmara  
107 Temática de Reestruturação do Conselho, que começou em 2023 e está até em 2026. Uma  
108 Câmara que teria uma duração de um ano. A gente está nesse exercício. Então, a gente  
109 tem um arco-irrigante de discussão, de aprendizado nesse caminhar. A grande sociedade,  
110 a presença dos Conselheiros da Sociedade Civil também, que estão presentes aqui na  
111 reunião virtualmente, de todos que estão em casa, que receberam esse link, que estão  
112 participando dessa mobilização. É muito importante a participação da Sociedade Civil  
113 também nesse espaço no YouTube, porque faz diferença. Quando a gente está mais  
114 presente, mais articulado, a gente tem muito mais chance de avançar com aquilo que a  
115 gente acredita, do que quando a gente está mais isolado. Então, saudades nessa reunião  
116 e essa boa vontade. Pessoal, o café passou. Então, vamos. Um breve histórico dos

117 trabalhos. O início dos trabalhos na Câmara foi a posse. Assim que se deu a posse, se  
118 definiu que a gente teria essa Câmara. Desde então, a gente tem feito reuniões, quase que,  
119 pelo menos, uma reunião mensal aconteceu desde o início de abril de 2023. Antes, a  
120 Câmara não tinha sido instituída formalmente, mas, desde 2023, a gente começou esses  
121 trabalhos. Então, além dessas reuniões que a Câmara fez, estão citadas algumas, talvez  
122 alguma coisa ficou de fora, que a gente fez esse slide na parte de amanhã, mas a primeira  
123 coisa que a gente fez foi uma escuta aberta para toda a Sociedade Civil, chamada Bom  
124 Conselho Que Queremos, que teve muita participação, muita coisa boa, muitas sugestões  
125 boas que a gente tem carregado desde o começo. A realização de uma escuta aberta em  
126 ambiente virtual, a realização de escuta com o Conecta, que é o Fórum dos Conselhos  
127 Estaduais de Cultura, a realização de várias escutas, em vários momentos, com o pleno do  
128 CNPC, com os demais Conselheiros do Conselho Nacional de Política Cultural. Realização  
129 de escutas. A gente fez dois dias de escutas na 4ª Conferência Nacional de Cultura com  
130 essa temática da reestruturação. Realização de escutas seria ali com... Ali eu errei no texto,  
131 mas seria escutas com os Conselheiros estaduais, que a gente fez também logo na Câmara.  
132 Uma escuta com todas as regiões, com a presença de Conselheiros estaduais e pessoas  
133 ligadas às regiões. Então, foi um espaço com bastante escuta da Sociedade Civil. E todas  
134 essas escutas foram documentadas e são subsídios que a gente olhou de novo para poder  
135 montar isso aqui, sabe, gente? Então, até a coordenação do Conselho montou esse  
136 trabalho, fez esses textos, esses [ininteligível] a partir da 4ª Conferência, a partir das  
137 escutas necessárias. Além da memória, a gente construiu esse texto que foi fundamental  
138 para a construção dessa proposta. Então, a gente teve a posse em 3 do 4 de 2023. Nesse  
139 período, a gente fez aproximadamente 12 reuniões da Câmara. A Câmara foi instituída  
140 formalmente em 2 do 4 de 2024. Então, depois de um ano, a gente ficou um ano, quase um  
141 ano sem a formalidade, mas já trabalhando em cima dessa temática de 2024. E a gente foi  
142 reunindo quase que semanalmente depois que a Câmara foi instituída. E até o dia 27 de  
143 fevereiro de 2025, no âmbito da Câmara Temática, foi possível discutir a reestruturação.  
144 Essa data de 27 de fevereiro foi a última reunião que eu achei que a gente, de fato, a  
145 Sociedade Civil e o Poder Público representado na Câmara, conseguiu discutir o teor da  
146 reestruturação. Daí em diante, a gente não conseguiu voltar a discutir o teor da  
147 reestruturação mesmo. As outras reuniões foram para cronograma, enfim, a gente não  
148 conseguiu voltar nessa agenda que a gente estava discutindo item por item da

149 reestruturação. De quantas cadeiras, como que seria, a Câmara foi renovada dia 23 do 6 de  
150 2025, dia de São João, e foi interrompida, mas desde 29 de abril de 2025, foi interrompida  
151 de 29 de abril de 2025 a 24 de outubro. Eu falo que em 27 de fevereiro a gente não  
152 conseguiu mais no âmbito da Câmara discutir sobre o aspecto da reestruturação. E nesse  
153 período de 29 de abril a 24 de fevereiro a gente ficou sem reunião nenhuma. Mas mesmo  
154 assim, aproximadamente são 35 reuniões que essa Câmara teve, que é muitas horas de  
155 trabalho. Claro que a reunião acontece, mas para a reunião acontecer, os Conselheiros do  
156 Poder Público também passam a dar uma estudada antes. Então, é muito tempo de  
157 trabalho, de dedicação em cima dessa reestruturação. Posso passar. O teor discutido na  
158 Câmara, aqui eu trouxe algumas cópias de tela, porque o arquivo que foi enviado na última  
159 reunião do Conselho Nacional de Política Cultural referente aos trabalhos da Câmara não  
160 foi o arquivo até onde a gente discutiu. Foi um arquivo que foi utilizado em uma reunião  
161 antes de uma reunião que a gente fez em uma escuta da Sociedade Civil. A partir da escuta  
162 da Sociedade Civil que a gente apresentou, a partir da escuta da Sociedade Civil, a gente  
163 continuou a Câmara, a gente fez uma oficina, os demais Conselheiros vão lembrar, a gente  
164 fez uma oficina com todo o pleno do CNPC, e a partir dessa oficina, a gente voltou para o  
165 trabalho da reestruturação e começou a avançar nesse trabalho. Então, nesse aspecto, no  
166 âmbito da Câmara, a gente conseguiu aprovar o Poder Público e Sociedade Civil, que a  
167 gente teria as quotas sendo 50% de mulheres, 30% de negros, 10% de indígenas, 5% de  
168 pessoas com deficiência e 5% de LGBTQIA+. Está até escrito, aprovado, que na época a  
169 gente estava trazendo isso para o texto. Então, isso chegou a ser aprovado no âmbito da  
170 Câmara em vez do que foi aprovado no âmbito da Câmara ainda, com o Poder Público e  
171 Sociedade Civil. O outro foi aprovado. Outra questão que a gente aprovou no âmbito da  
172 Câmara, que a gente discutiu muito, é a questão dos Ministérios, de outros Ministérios,  
173 também propor o pleno do Conselho Nacional de Cultura. A gente discutiu isso muito e  
174 está até aprovado em verde os Ministérios que no âmbito da Câmara a gente aprovou que  
175 deveriam participar. Nessa época, a gente discutiu muito se valia a pena mesmo a  
176 aprovação de participação de outros Ministérios, porque, na prática, a gente observa que  
177 os Ministérios que propõem hoje o pleno do CNPC muitas das vezes não participam, mas  
178 a gente entendeu que essa participação é fundamental a partir desse entendimento de  
179 que a cultura é uma pauta transversal. Mais cedo, eu estava até conversando com o  
180 Fabiano Piúba, a gente tem a presença de um integrante do Conselho de Educação, do

181 Conselho de Política Cultural, a gente avançou na pauta do Programa de Arquitetura, da  
182 Arquitetura Integral, por causa dessa relação. Então, a gente entendeu que era importante  
183 e entendemos também que o limite da participação de outros Ministérios seria, de fato, a  
184 executiva do Conselho ter um diálogo mais próximo com a presença desses Ministérios  
185 participarem efetivamente das reuniões do Conselho. Então, foi uma questão muito  
186 discutida que, em tese, a gente aprovou também no opo da Câmara. Outra questão que a  
187 gente aprovou no opo da Câmara também foi essa questão de termos, ali não está  
188 completo, mas ali no cantinho a gente vê na Sociedade Civil em plenário 27 representantes  
189 dos estaduais, sendo um por Estado. Então, foi uma longa discussão. A gente aprovou isso  
190 no opo da Câmara que tivesse pelo menos um representante de cada Estado no pleno do  
191 Conselho. Tem até algumas pontuações ali. E aí teria, além dessas 27, as cadeiras dos  
192 setores, das políticas setoriais que seriam em torno de 10 a 15, mas foi aí que a gente parou.  
193 A partir daí a gente não conseguiu seguir a discussão. A gente compreendeu que era muito  
194 importante que os Estados tivessem representados justamente pelo Partido Federativo.  
195 Porque desde o início dos trabalhos da Câmara a gente sempre pensou que a gente queria  
196 também promover uma inovação dessa participação e ir para além do que estava já  
197 constituído. Então, a gente fez esse desenho. E ali também esse texto, a gente não chegou  
198 a voltar nele, então ele continua o mesmo, que são as Comissões Permanentes, que é  
199 também um indicativo dessa Câmara, uma novidade, de terem Comissões Permanentes  
200 que vão funcionar durante todo o ano do CNPC. E aí a gente chegou a aprovar essas oito  
201 comissões. Uma Comissão de acompanhamento do plano nacional, uma Comissão de  
202 acompanhamento do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais, o SNICC,  
203 uma Comissão do Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, uma Comissão de  
204 Acompanhamento aos Conceitos Estaduais e Políticas Culturais, uma Comissão da Pauta  
205 da Lei Legislativa na Cultura, uma Comissão de Formação, uma Comissão de  
206 Democratização, Acesso e Acessibilidade e uma Comissão Intersetorial. Então, na época a  
207 gente chegou, enquanto Câmara, o que era importante e era, até então, a proposta da  
208 Câmara, quando a gente estava conseguindo avançar nas discussões. Depois disso, depois  
209 do informe dos trabalhos, o Ministério retomou os trabalhos, mas já com uma proposta  
210 basicamente pronta e que foi apresentada na última reunião do Conselho Nacional de  
211 Cultura. A gente, enquanto Câmara, teve a sua proposta em contexto dessa nova  
212 proposta, que isso aqui era uma proposta feita unilateral pelo MinC, não era a proposta da

213 Câmara, foi uma proposta feita exclusivamente pelo governo. E nessa proposta, a gente  
214 teria 20 representantes da Sociedade Civil, apenas setores, não teria mais representantes  
215 de territórios, a gente teria 20 representantes do Poder Público agora e reduzia-se muito  
216 aspectos do Plano Nacional de Cultura com pouca ou nenhuma relação com os outros  
217 componentes do Sistema Nacional de Cultura. A exclusão e redução das Comissões  
218 Permanentes, nos outros slides a gente mostra oito Comissões Permanentes, alguma  
219 redução para três e a modificação de uma delas, do terror. E, no fim, a proposta foi  
220 rejeitada pelo Plano de Conselhos com bastante, levemente, assim, os Conselheiros que  
221 não se sentiram, de fato, representados. Então, a partir dessa proposta, no outro dia da  
222 reunião, a gente reuniu a Câmara e começou a pronúncia em cima desse novo texto que o  
223 Ministério tinha feito de modo unilateral e na parte da tarde os demais Conselheiros  
224 também fizeram propostas. Então, nesse histórico, a gente propôs esse novo modelo que  
225 a gente vai mostrar agora. A proposta da Sociedade Civil amplia a participação social e ela  
226 equilibra a participação entre representantes de setores e territórios. Entendemos que  
227 essas duas representações são importantes para que a sociedade brasileira se sinta  
228 representada no âmbito do Conselho, tanto de setores como de territórios. Então, a gente  
229 equilibra essas duas nessa nova proposta. A incidência do CNPC não dá só igual a outra  
230 proposta que estava muito focada apenas no Plano Nacional de Cultura e algumas coisas  
231 do financiamento. Nessa nossa nova proposta, o CNPC vai incidir diretamente sobre todos  
232 os componentes do Sistema Nacional de Cultura. A ideia do Sistema Nacional de Cultura é  
233 realmente essa, que todos os componentes estarem articulados. Então, nessa proposta, o  
234 CNPC incide no Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, no Plano Nacional de  
235 Cultura, no Sistema Nacional de Informação e Indicadores Culturais, no Programa de  
236 Formação Artística e Cultural e na Comissão Intergestor está faltando a conferência. A  
237 retomada das Comissões Permanentes, nessa proposta nossa, a gente retoma aquelas  
238 Comissões Permanentes a criação da Comissão Interconselhos e a gente, que eu acredito,  
239 talvez um dos maiores avanços que a gente chegou nessa nova proposta seria essa  
240 Comissão Interconselhos com representações de todos os Estados e a Comissão dos  
241 Colegiados Setoriais com participação de diversos setores da cultura que manifestaram  
242 interesse de participar do pleno na Conferência Nacional. Então, além do pleno do  
243 Conselho, nessa proposta nossa, a gente vai ter comissões como uma forma de solução de  
244 não inchar o pleno do Conselho, mas de serem comissões que vão assessorar as

245 representações do pleno e, de fato, ampliar muito a participação. Não sei quanto mais  
246 participação melhor dentro do possível. Essas Comissões Interconselhos e Comissão dos  
247 Colegiados Setoriais têm esse objetivo de ampliar a participação tanto em setores quanto  
248 em territórios e a representação de todos os Estados. Então, dentro dessa nova  
249 composição da proposta da Sociedade Civil, a gente teria 30 representantes da Sociedade  
250 Civil, sendo eles 15 representantes regionais, sendo no mínimo 3 por região, então, norte,  
251 nordeste, sul, sudeste e centro-oeste, pelo menos 3 representantes. E a ideia de que tenha  
252 também dentro desses representantes pessoas que são de municípios pequenos e de  
253 médio porte. E, no máximo, um por Estado. Então, não poderia, por exemplo, ter dois  
254 representantes de Minas Gerais, por exemplo. Teria que ser um representante mais votado  
255 de Minas Gerais e outro representante mais votado de outro Estado, para poder garantir  
256 o máximo de Estado representado no pleno do Conselho. Para garantir o máximo de  
257 Estado. E a composição do Conselho também teria 15 representantes setoriais, de setores  
258 e expressões culturais, com base no anexo 1, setores e expressões, assegurada a  
259 representação das culturas indígenas e afro-brasileiras. Então, a gente deixaria assegurada  
260 a cultura indígena e afro-brasileira e os demais setores seriam de acordo com a articulação  
261 do setor e com a votação. Então, a ideia seria essa. Abrir a eleição. Então, a eleição teria os  
262 representantes que são territoriais e os representantes que são setoriais. O setor vota no  
263 setor, se o cidadão ou a cidadã votar na dança. E, no caso, para os representantes  
264 territoriais, o Conselheiro teria que ter uma participação ou em Conselho, ou em forma, ou  
265 em conferência, em âmbito de região, então, seria isso, 15 e 15. E a ideia, mais para frente,  
266 a gente vai ver que os outros mais votados vão fazer a composição dessas comissões, seja  
267 a Comissão Interconselhos, colocando todas as regiões, e a Comissão dos Colegiados  
268 Setoriais, que ampliaria muito a participação dos outros setores, além de 15. Então, os  
269 setores que poderão compor o CNPC com base na 4ª Conferência. Então, seria eleição  
270 mesmo. O que os setores demandaram, os setores que demandaram participação na  
271 conferência, e aí seria os mais votados, que estariam no pleno de Conselho. E aí, os que  
272 não estivessem no pleno, ainda teria a oportunidade de estar na Comissão dos Setores, na  
273 Comissão Setorial. Então, a gente teria, aí está uma lista, arquivos e acervos, área técnica  
274 da cultura, artes visuais, artesanato, assentamentos da reforma agrária, audiovisual e  
275 novas mídias, a capoeira, que há muito tempo, historicamente, já solicita essa luta em  
276 várias conferências, o circo, comunidades quilombolas, cultura alimentar, cultura da

277 infância, cultura DEF, cultura LGBTQIAPN+, e aí, a gente teria por meio de moções na  
278 conferência. Tem mais. E aí, a pessoa seria votada pelo seu setor, e os que tiverem a maior  
279 votação, os únicos que teriam garantido seriam os indígenas e a cultura afro, e os outros  
280 seriam por mais votação. Isso tem muito a ver com a capacidade, com a capacidade de  
281 articulação. A gente pegou todos a conferência. Acho que tem mais de 40 aí. E aí os 15 mais  
282 votados vão para o pleno e os outros vão para a Comissão dos Colegiados Setoriais.  
283 Culturas e expressões afro-brasileiras, culturas populares e tradicionais, culturas urbanas  
284 e periféricas, dança, design, ensino e formação em cultura, games, livro, leitura e  
285 informação, moda, museus e espaços de memória, música, patrimônio material, política  
286 nacional e cultura viva, povos das águas, povos das florestas, povos ciganos, povos e  
287 comunidades tradicionais, povos indígenas, povos de terreiro e matrizes africanas,  
288 produção cultural, setor empresarial, teatro, territórios rurais e trabalhadores da cultura.  
289 São esses. Então, nessa proposta nossa, haveria a possibilidade de todos esses setores se  
290 candidatarem, e os que tiveram uma maior articulação e mais votos, teriam essa  
291 representação no pleno, e os demais que também fossem bem votados, poderiam estar  
292 nessa outra Comissão, que assessorariam o pleno, ampliando assim a participação.

293 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
294 – Torelli pediu a fala. Torelli, o que a gente combinou é que as falas podem vir depois.  
295 Então, a gente está fazendo primeiras apresentações, tanto dessa proposta que o Thaynã  
296 está apresentando, da Sociedade Civil da Câmara, e depois a proposta do Poder Público,  
297 que os Conselheiros Fabiano e Teresa vão apresentar. E aí as falas depois vêm para  
298 complementar isso aqui, esse debate.

299 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Essas  
300 foram as que a gente registrou na conferência, mas talvez faltou alguma, se faltou alguma,  
301 e a ideia é que se chegue, que chegue a partir do relato, da conferência, que todas as  
302 pessoas que demandaram ter participação no Conselho, que notaram, se articularam,  
303 participaram da conferência, conseguiram aprovar as suas noções, que têm o direito de  
304 pelo menos tentar concorrer a esse espaço. A Comissão, e a partir disso, a partir do  
305 momento da eleição, também teria essa criação dessas duas comissões que eu tinha falado  
306 um pouquinho antes, que é a Comissão Interconselhos, que seria uma Comissão que ia  
307 assessorar o pleno do Conselho, não é o pleno do Conselho, mas uma Comissão que  
308 assessoraria o pleno. A Comissão Interconselhos tem por objetivo propor ao pleno do

309 CNPC ações para o fortalecimento da participação e controle social dos entes federados  
310 no âmbito do Sistema Nacional de Cultura e ampliar a representatividade, diálogo,  
311 participação social e fortalecer o pacto federativo, que é uma das questões que apostam  
312 no Sistema Nacional de Cultura. A Comissão Interconselhos será formada por 48 membros  
313 e com a maioria de membros da Sociedade Civil. A gente entendeu que no pleno, como foi  
314 colocado, não pode, tem que ser paritário. A gente queria que tivesse a maioria da  
315 Sociedade Civil, mas foi, pela lei, esse argumento teve que ser paritário. Mas essas  
316 comissões poderiam ter a maioria da Sociedade Civil porque não seria o pleno. Então,  
317 dentro dessa Comissão Interconselhos, a gente teria os 15 representantes regionais eleitos  
318 no pleno do CNPC, dos quais vai ser um de cada Estado, pela regra que a gente tem  
319 proposto, mais 12 representantes regionais mais votados no processo eleitoral do CNPC,  
320 exceto os que já estão no pleno. Então, a gente teria um representante mais votado de  
321 cada Estado nessa Comissão Interconselhos. Um representante do Fórum de Conselhos  
322 Estaduais, que é o Conecta, e um representante do Fórum de Conselhos Municipais. Antes,  
323 a gente estava pensando que o Fórum de Conselhos Estaduais tinha que estar no pleno do  
324 Conselho. Mas, tendo em vista que o marco regulador do Sistema Nacional de Cultura fala  
325 que a eleição é direta, então, por essa necessidade de eleição direta, a gente entende que  
326 para o pleno do Conselho não caberia, mas caberia dentro dessa Comissão Interconselhos.  
327 E 19 membros do Poder Público, sendo três representantes do Fórum de Gestores, três  
328 representantes da Comissão Intergestores Tripartite, justamente para articular os  
329 gestores dos Estados dentro dessa Comissão, fortalecendo o Pacto Federativo, cinco  
330 representantes do Ministério da Cultura, um representante da Comissão de Cultura, um  
331 representante da Comissão de Cultura e Educação do Senado e um representante da  
332 Confederação Nacional dos Municípios. Com essa... E a outra Comissão seria dos  
333 Colegiados Setoriais. Agora, a gente falou uns 15 setores mais votados, salvaguardados,  
334 culturas indígenas e afro-brasileiras, vão propor o pleno. Desses outros, os seguintes mais  
335 votados, então, seria essa composição desse colegiado, da Comissão dos Colegiados  
336 Setoriais, seriam 15 representantes dos setores e expressões culturais eleitos no pleno, os  
337 mais votados, e 15 representantes dos setores e expressões mais votados no processo  
338 eleitoral do CNPC, exceto os eleitos. Então, a gente tem mais de 40 setores denotando  
339 representação na Conferência Nacional. Aqui, a gente consegue que pelo menos 30  
340 setores da Sociedade Civil, os mais organizados no sentido de conseguirem mais votação,

341 vão ter esse assento nesse Colegiado Setorial. Então, seria bem amplo mesmo. E 20  
342 participantes do Poder Público, sendo 15 representantes das áreas finalísticas relacionadas  
343 à política setorial, que a ideia dessa Comissão é, sobretudo, fazer interrupção dos setores  
344 com as áreas finalísticas do MinC, FUNARTE, CDC, enfim, relacionada a esses setores, e  
345 cinco representantes de outros Ministérios, que a gente entende também que as diversas  
346 áreas têm umas demandas que são transversais com outros Ministérios. Em relação à  
347 estrutura, a gente também avançou um pouco nessa proposta de estrutura. Ter o plenário,  
348 a Mesa Diretora, a Secretaria Executiva, que já estava posta, a Comissão Permanente, as  
349 Câmaras Temáticas também já estavam postas na última proposta do governo e que  
350 também, no caso, as Comissões Permanentes eram alinhadas com o que a gente estava  
351 discutindo na Câmara. E aí a gente cria essa Comissão Interconselhos, a Comissão dos  
352 Colegiados Setoriais, os Grupos de Trabalho Temporário para resolver questões que têm  
353 que ser resolvidas em urgência de um, dois meses, a proposta da criação de uma Comissão  
354 de Ética e Transparência para que, de fato, qualquer questão ética a gente tenha onde  
355 demandar e onde caminhar com isso no âmbito do Conselho. E essa contínua vigilância  
356 sobre a transparência, ter uma Comissão que, de fato, vai assegurar o cumprimento ético  
357 e a transparência no exercício do mandato. E a gente trouxe a Conferência Nacional de  
358 Cultura enquanto estrutura do pleno com base no que era a legislação em 2005, a primeira  
359 criação do Conselho. A Conferência Nacional de Cultura faz parte da estrutura do pleno do  
360 Conselho Nacional. Então, resgatamos essa proposta de 2005, naquela época, e abrimos  
361 um grande desejo de fortalecimento das instâncias de participação oficial. Passando isso,  
362 vamos ver. Em relação às Comissões Permanentes. Então, aqui nessa proposta nossa, a  
363 gente mantém a Comissão do Plano Nacional de Cultura, cria uma Comissão Permanente  
364 sobre o Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, que antes estava proposta como  
365 uma Comissão exclusiva para a questão da PNAB, o Sistema Nacional de Financiamento da  
366 Cultura, muito mais amplo. Uma Comissão do Sistema Nacional de Informação e  
367 Indicadores Culturais. Quando a gente olha para a demanda da conferência, grande parte  
368 da demanda da conferência estão relacionadas à questão de informação e indicadores  
369 culturais. Outra grande parte das demandas da conferência, não só décadas históricas,  
370 estão relacionadas à formação artística e cultural, formação de Conselheiros, formação de  
371 gestores e formação artística e cultural. Então, é uma Comissão com essa finalidade e uma  
372 Comissão para sensibilidade, redução das desigualdades e crise climática, que são

373 questões transversais de todas as políticas culturais. E são questões que estiveram  
374 extremamente presentes também na conferência e nas demandas nossas, não é Lucimar?  
375 Aqui da Câmara Climática. Então, teriam uma Comissão justamente para isso. Então,  
376 finalizando a apresentação, a ideia é que essa proposta possibilite um Conselho, de fato,  
377 do Sistema Nacional de Cultura com essa visão ampla, sistêmica, federativa e com uma  
378 participação social. Desde o começo do mandato, a gente identifica que 2005 até 2015, a  
379 experiência é incrível de Conselho, um avanço enorme na democracia, mas ir para além da  
380 questão dos setores, da luta dos setores por recurso, por políticas públicas, mas discutir  
381 também o Conselho uma questão mais sistêmica, mais integrada, uma questão mais macro  
382 mesmo da gestão da política cultural. Então, um Conselho que vai para além das questões  
383 setoriais, que é um Conselho do Sistema Nacional de Cultura, que é mais ou menos isso  
384 que está previsto na legislação do Sistema Nacional de Cultura. Uma experiência  
385 inovadora, com base em questões históricas e necessidades atuais. Desde o começo, a  
386 gente não queria só retomar o que era 2005, depois de 2015, a gente via que era bom, em  
387 2018 teve aquela quebra, mas ir além. Então, desde o começo da Câmara, a gente sempre  
388 pensou nisso, então, é a ideia que a gente segue. Um Conselho com ampla participação de  
389 setores e representação de todos os Estados, que também são demandas antigas, e  
390 quando a gente olha para o Sistema Nacional, para a pactuação federativa, a gente  
391 entende o quanto é importante a gente ter os Estados representados no Conselho  
392 Nacional, a gente entende que ter um Conselheiro da Dança, que é de Minas, e outro que  
393 é do Rio de Janeiro, é interessante, mas não supre o que é você estar no Conselho para  
394 representar a sua região e o seu Estado. São questões diferentes, já era um Conselheiro  
395 Setorial, ele entende a unidade atribuível em torno da questão para o seu setor, até porque  
396 ele foi eleito entre o seu setor. E a valorização da capacidade de articulação de setores e  
397 agentes culturais por meio, a gente sabe que tem todos os problemas, mas ainda é a  
398 solução da nossa democracia, que é o processo eleitoral por escolha daqueles que mais  
399 articulam e por isso tem mais votos. Então, essas são questões que a gente rapidamente  
400 construiu, mas que essa proposta tenta compreender. E aí, em seguida, a gente tem a  
401 minuta, se alguém consegue fazer alguma questão. Já queria condenar, tinha que abrir a  
402 minuta agora, mas não seria necessário, não sei se vai apresentar a minuta antes ou ela vai  
403 ser talvez um tempo grande, mas assim, podemos combinar, é só, queria deixar para a  
404 gente combinar e para o seu Conselho mesmo.

405 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
406 – A gente tem uma apresentação já feita, de nossa parte, acho que a gente precisou ouvir  
407 o que é de proposta da minuta. A gente ia dentro de qualquer minuta, na minha opinião.  
408 Pode ser? Fernanda se levantou a mão. O que a gente combinou aqui anteriormente é que  
409 a gente vai fazer essas apresentações. Primeira apresentação que a Thaynã fez aqui da  
410 parte da Associação da Câmara Temática, agora o Poder Público apresenta essa proposta,  
411 que vão ser de novo apresentadas na reunião extraordinária, na terça-feira. E depois segue  
412 o debate. O debate começa pelos Conselheiros aqui presentes, os membros da Câmara, e  
413 quando houver tempo, ele é estendido aos Conselheiros presentes aqui online, na reunião,  
414 está certo?

415 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Guardando aqui que a gente tem dois  
416 inscritos já, para falar lá na frente, salve, guardando aí as pessoas. É o Torelli, que se  
417 inscreveu inicialmente, e Fernanda, tudo bem?

418 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Beleza.  
419 Não vai dar para apresentar então a minuta não?

420 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro  
421 e Leitura)** – Eu acho que é importante, porque tem que ter uma questão rápida. A gente  
422 tem que ter uma conta mais central do que é...

423 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
424 – Você lê a minuta, que tem texto a texto, por conta do tempo.

425 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** –  
426 [ininteligível] é porque tem questões, como foi feita muito rápida essa apresentação, hoje  
427 de manhã, tem questões da minuta que eu acho que seria importante todo mundo que  
428 está aqui, ter essa minuta para a gente, sem comentar, sem comentar, assim como no  
429 outro, eu falei, também para mencionar que, eu esqueci no início da reunião, a presença  
430 do nosso coordenador, que está aqui no online, é demais. Perfeito.

431 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
432 – Você quer que eu leia?

433 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Não, ele está certo. Vamos lá.

434 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Dispõe  
435 sobre o Conselho Nacional de Política Cultural do Sistema Nacional de Cultura. Na  
436 presidência da República, no atributo que me confere no artigo 84, em 104 e 6, alinhada à

437 Constituição e tendo em vista o disposto na lei 14.835 de 4º abril de 2024, decreto. Este  
438 decreto dispõe sobre o Conselho Nacional de Política Cultural, instância máxima de  
439 pactuação do Sistema Nacional de Cultura, colegiado permanente com participação  
440 paritária da Sociedade Civil e Poder Público, instrumento de gestão do Sistema Nacional  
441 de Cultura de caráter construtivo, fiscalizador, normativo, deliberativo e como instância de  
442 controle social da política cultural. Artigo 2º. Ao CNPC contente, propor estratégia de  
443 acompanhamento e avaliação das políticas do Ministério da Cultura, elaborar e aprovar  
444 propostas de políticas públicas e de outras iniciativas que visem ampliar os direitos  
445 culturais, articular subsidiários ou aumentar a participação do controle social na  
446 institucionalização e funcionamento de Conselhos de Política Cultural nos entes federados  
447 em concordância com o Sistema Nacional de Cultura, elaborar e aprovar as diretrizes e  
448 pareceres com o objetivo de reduzir a desigualdade ao acesso e formulação de políticas  
449 culturais e comendando a cultura, participar da formulação e avaliação de políticas culturais e  
450 para a cultura, promover a articulação de debates entre os diferentes entes federados e  
451 Sociedade Civil organizada para o desenvolvimento de políticas culturais e fomento a  
452 cultura, deliberar sobre ações, programas e políticas culturais que auxiliem o processo de  
453 implementação e gestão dos diversos componentes do Sistema Nacional de Cultura,  
454 propor e aprovar as diretrizes gerais do Plano Nacional de Cultura, considerar as  
455 orientações aprovadas na Conferência Nacional de Cultura, aprovar na minuta do projeto  
456 de lei do Plano Nacional de Cultura para ser proferido em encaminhamento ao executivo,  
457 acompanhar e deliberar sobre as metas do Plano Nacional de Cultura e suas revisões,  
458 apreciar e aprovar o regimento interno da Conferência Nacional de Cultura, estabelecer  
459 orientações diretrizes normativas e ações pertinentes às atribuições do Sistema  
460 Nacional de Financiamento da Cultura, deliberar sobre o orçamento do Conselho Nacional  
461 de Política Cultural, incentivar e propor diretrizes para participação democrática na gestão  
462 de políticas culturais e investimentos públicos na área da cultura, participar na elaboração  
463 e deliberação sobre o regimento interno do CNPC, subsidiar ações, políticas transversais e  
464 planos estratégicos do governo federal, apoiar e incentivar a criação, manutenção e  
465 desenvolvimento de sistemas estaduais, distritais e intermunicipais de cultura, propor  
466 acompanhar ações de formação de Gestores, Conselheiros e Agentes Culturais no âmbito  
467 do Programa de Formação Artístico-Cultural, estabelecer diretrizes para aprovar  
468 programas, relatórios anuais de trabalho e acompanhamento das ações da Comissão

469 Intergestores, bipartite e tripartite, propor e aprovar normas e diretrizes sobre a  
470 implementação, execução e avaliação do Sistema Nacional de Formação e Indicadores  
471 Culturais, articular a participação de representantes da Sociedade Civil dos Estados e  
472 Distrito Federal de diferentes setores e expressões organizadas por meio da Comissão  
473 Interconselhos Estaduais, Distrital e Comissão dos Colegiados Setoriais de Cultura,  
474 participar da articulação, monitoramento e proposição de melhorias nos mecanismos e  
475 instâncias de participação social geridas no Sistema do MinC, deliberar sobre normativas  
476 referentes à Conferência Nacional de Cultura, promover o diálogo entre diferentes  
477 expressões da Universidade Cultural Brasileira em ambiente presencial e digital, para  
478 permitir a participação democrática das gestões institucionais culturais, estabelecer  
479 diretrizes gerais para aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Cultura, especialmente  
480 quanto à distribuição regional, central e alto e as modalidades de fazer cultural nos termos  
481 da legislação adjacente, manifestar-se em atos normativos sobre a aplicação de recursos  
482 provenientes das transferências de pontos federais para pontos extensos dos sistemas de  
483 culturas subnacionais vinculados ao SNC, fiscalizar a aplicação de recursos mencionados  
484 no exercício anterior por meio de informações transparentes disponibilizadas pelo Poder  
485 Público como indicadores, relatórios e relatórios elaborados para essa finalidade,  
486 acompanhar e aprovar relatórios sobre o cumprimento das diretrizes e os instrumentos de  
487 financiamento da cultura colaborar e subsidiar o Poder Público em relação à realização da  
488 Conferência Nacional de Cultura, bem como manifestar sobre a convocação de  
489 conferências extraordinárias e aspectos metodológicos, aprovar planos de trabalho e  
490 formular diretrizes para a execução de políticas que não promulgam instâncias prósperas  
491 de participação e controle social no âmbito do Sistema MinC, participar da incrementação,  
492 revisão e avaliação dos sistemas e planos setoriais de culturas, articular com  
493 representantes da Sociedade Civil e colegiados de participação social e política do  
494 Ministério da Cultura com a finalidade de aprimorar os mecanismos de participação social,  
495 participar de conferências com [ininteligível] e eventos para promover o debate  
496 relacionado ao tema da política cultural, deliberar sobre as fontes de perda de mandatos  
497 dos membros do CNTC, aprovar anualmente o relatório de suas atividades encaminhadas  
498 ao Ministério da Cultura, participar da Comissão do Fundo Nacional de Cultura,  
499 acompanhar programas, metas e ações estratégicas do Ministério da Cultura, elaborar e  
500 estabelecer anualmente as prioridades do Ministério da Cultura com base no Fundo

501 Nacional de Cultura e avaliar a sua execução. São diretrizes do Conselho Nacional de  
502 Cultura. Artigo 3º. Respeito à organização e autonomia, respeito à organização autônoma  
503 da Sociedade Civil, o caráter público das discussões dos processos e resoluções, respeito  
504 à identidade e diversidade cultural, a pluralidade da participação dos agentes culturais por  
505 meio das representações, análise sistêmica integrada das dimensões das culturas,  
506 compromissos e finalidades e resultados das políticas públicas para a cultura, redução das  
507 desigualdades territoriais e setoriais, na distribuição e acesso ao fomento e à política  
508 cultural, considerando a diversidade dos agentes culturais. Ao plenário do CNPC, artigo 3º,  
509 observada a paridade entre os representantes da Sociedade Civil e o composto público, 30  
510 representantes da Sociedade Civil, sendo 15 representantes regionais, sendo no mínimo  
511 três por região, no mínimo um de município de pequeno porte e um de município de médio  
512 porte e no máximo um por Estado. 15 representantes setoriais e expressões, setores e  
513 expressões com base no anexo 1, setores e expressões assegurada à representação das  
514 culturas indígenas e afro-brasileiras. Poder Público, 16 representantes indicados pelo  
515 Ministério da Cultura, um representante da Secretária-geral da Presidência da República,  
516 um representante do Fórum de Secretários e Dirigentes de Cultura, um representante do  
517 Fórum de Secretários e Gestores das Capitais e Municípios Associados, um representante  
518 da Rede Nacional de Gestores e Municipais de Cultura, um representante da Comissão de  
519 Cultura da Câmara Federal, um representante da Comissão de Cultura e Educação do  
520 Senado, um representante da Confederação Nacional de Municípios, um do Ministério da  
521 Educação, um do Ministério dos Povos Indígenas, um do Ministério do Desenvolvimento  
522 Social, um do Ministério dos Direitos Humanos, um do Ministério do Desenvolvimento  
523 Agrário e um do Ministério do Trabalho e do Emprego. Cada membro do CNPC terá um  
524 suplente que o substituirá na ausência de seus impedimentos, sendo que os suplentes dos  
525 representantes setoriais serão os mesmos do mesmo setor e os suplentes dos  
526 representantes territoriais serão do mesmo Estado do titular. Os membros referidos em  
527 si, do ANAE e do caput, seus respectivos suplentes, serão escolhidos por meio de eleição  
528 direta por seus partes, considerando áreas, segmentos, povos, comunidades, redes,  
529 setores e representações que passam cabendo ao regimento interno do CNPC e expôs  
530 sobre as regras gerais do processo eleitoral e a garantia da diversidade, inclusive territorial,  
531 de gênero, bem como critério para habilitação de eleitores e candidatos e diretriz para  
532 aplicação de ações afirmativas em relação à raça, etnia e orientação sexual, identidade de

533 gênero e pessoa com deficiência. Os demais, os candidatos territoriais mais votados após  
534 os eleitos farão a composição da Comissão em preconceito por número de votos,  
535 observada a representação por Estado ou Distrito Federal, observadas as ações  
536 afirmativas e garantia de representação de candidatos do município, que é em médio  
537 porte. Os candidatos setoriais mais votados após os eleitos farão a composição da  
538 Comissão dos Colegiados Setoriais, observada a diversidade de representação dos setores,  
539 expressões, linguagens e ações afirmativas. Em caso de vacância, os candidatos setoriais  
540 poderão ser indicados por organizações da Sociedade Civil e candidatos territoriais por  
541 Conselho ou fóruns de Conselhos estaduais e municipais, respeitando ações afirmativas  
542 cabendo ao pleno do Conselho acatar as indicações. Os candidatos setoriais serão eleitos  
543 por seus... Os candidatos territoriais serão eleitos por seus respectivos Estados e Distrito  
544 Federal por agendas culturais. Candidatos e eleitores deverão comprovar a atuação em  
545 Conselhos ou conferências ou fóruns regionais dos diferentes níveis federados.  
546 Candidatos setoriais serão eleitos por seus respectivos setores e expressões. Candidatos  
547 deverão demonstrar pertencimento aos seus respectivos setores e comprovar a  
548 participação em Conselhos, fóruns setoriais e eleitores deverão comprovar a atuação em  
549 seus respectivos setores. Os membros do refletor do inciso I do caput e seus respectivos  
550 suplentes exercerão o mandato de três anos ou até a posse do novo mandato, permitida  
551 somente uma reconstituição do igual período condicionado a manutenção de critérios de  
552 autorização para eleição do regimento interno. O CNPC estará alocado no Gabinete da  
553 Ministra no Ministério da Cultura. O CNPC contará com dotação orçamentária própria e  
554 participará das decisões sobre o planejamento e uso do seu orçamento. Os membros do  
555 CNPC que tratam do artigo 2º, que é referente ao Poder Público e seus respectivos  
556 suplentes serão indicados pelos referidos órgãos e entidades. Os membros que tratam do  
557 inciso II do caput serão, e seus respectivos suplentes, exercerão o mandato de três anos  
558 condicionada a existência de manutenção de vínculos com a órgão ou entidade. Os  
559 membros do CNPC serão designados em órgão da Ministra de Cultura. Os membros do  
560 CNPC e representações da Sociedade Civil perderão o mandato ao assumir cargos  
561 convencionados na gestão pública ou cargo de direção em partidos políticos e suas  
562 respectivas secretárias. O Conselho Nacional de Tecnologia Cultural do Sistema Nacional  
563 de Cultura terá a seguinte estrutura. Plenário, Mesa Diretora, Secretaria Executiva,  
564 Comissões Permanentes, Câmaras Temáticas, Comissão Interconselhos, Comissão dos

565 Colegiados Setoriais, Grupos de Trabalho Temporário, Comissão de Ética e Transparência  
566 e Conferência Nacional de Cultura. O plenário do CNPC que reúne a integralidade dos  
567 membros para cumprimento de suas competências prevista no artigo 12, reunirá em  
568 caráter ordinário trimestralmente e em caráter extraordinário sempre convocado pelo  
569 Presidente ou por solicitação de maioria absoluta. O quórum das reuniões do pleno,  
570 Comissões Permanentes, Comissão Interconselhos, Comissão dos Colegiados Setoriais e  
571 Câmaras Temáticas do CNPC é de maioria absoluta dos membros. O quórum de aprovação  
572 é de maioria simples, cabendo ao Presidente do CNPC o voto de validade no caso de  
573 debate. As reuniões do plenário ocorrerão preferencialmente de foco presencial sendo  
574 facultada a realização por meio de videoconferência e serão transmitidas na sua  
575 integralidade. As reuniões da Mesa Diretora, Comissões Permanentes, Comissão  
576 Interconselhos, Comissão dos Colegiados Setoriais, Comissão de Ética e Transparência  
577 grupos de trabalho, Câmara Temática e Comissões Permanentes do CNPC ocorrerão por  
578 meio de videoconferência com transmissão podendo excepcionalmente ser realizada de  
579 forma presencial pela decisão do Ministério da Cultura observada a disponibilidade  
580 orçamental. As Comissões Permanentes, Comissão Interconselhos, Comissão dos  
581 Colegiados Setoriais e Câmara Temática reúnem-se em caráter ordinário e desde o fim  
582 ancestralmente em caráter extraordinário sempre convocado pelo seu coordenador  
583 solicitado por maioria absoluta. A Secretaria Executiva deverá articular nos Ministérios que  
584 participam do CNPC a presença de seus representantes. Fica assegurada a representação  
585 do Ministério da Cultura, a representação do Ministério da Cultura e da Sociedade Civil na  
586 presidência e vice-presidência do CNPC e a alternância dessa representação anualmente  
587 na forma disciplinada no regimento interno. A Comissão Interconselhos tem como  
588 objetivo propor ao pleno do CNPC ações para fortalecimento e participação cultural e  
589 social dos entes federados no Sistema Nacional de Cultura e ampliar a representatividade  
590 de alta fortalecimento tático federativo. A Comissão será formada por 48 membros de  
591 maioria da Sociedade Civil, sendo composta por 29 membros da Sociedade Civil, 15  
592 representantes regionais eleitos no pleno do CNPC, 12 representantes regionais eleitos  
593 mais votados em seus respectivos Estados, um representante do Fórum de Conselhos  
594 Estaduais e um representante do Fórum de Conselhos Municipais. 19 representantes do  
595 Poder Público, sendo em 3 do Fórum de Gestores, 3 da Comissão de Gestores Tripartites,  
596 5 do Ministério da Cultura, 1 da Comissão de Cultura da Câmara Federal, 1 da Comissão de

597 Cultura e Educação do Senado, 1 representante da Confederação Nacional de Municípios  
598 e 5 de outros Ministérios. As demais técnicas serão articuladas no regimento interno,  
599 próprio acelerado e aprovado pela Comissão. A Comissão dos Colegiados Setoriais tem  
600 como objetivo propor ao pleno do CNPC ações de fortalecimento da política e sistemas  
601 setoriais de cultura e garantir a representatividade dos diversos setores e expressões da  
602 cultura brasileira. A Comissão dos Colegiados Setoriais será formada por 50 membros e  
603 terá a maioria de membros da Sociedade Civil, sendo 30 da Sociedade Civil, 15 de setores e  
604 expressões culturais eleitos do CNPC em pleno do CNPC e 15 representantes de setores e  
605 expressões culturais mais votados no processo eleitoral do CNPC, exceto os eleitos para o  
606 pleno. 20 representantes do Poder Público, sendo 15 das áreas finalísticas relacionadas às  
607 políticas setoriais do Ministério da Cultura e 5 de outros Ministérios. As Câmaras Temáticas,  
608 Comissões Permanentes, grupos de trabalho de gestão de ética e transparência terão  
609 regimento próprio elaborado com participação dos integrantes de cada estrutura e  
610 aprovados no pleno do CNPC, observado a transparência e controle social. O CNPC será  
611 dirigido por seu Presidente e vice-Presidente na ausência ou nas ausências ou  
612 impedimento, cabendo a este convocar e coordenar a reunião do plenário e Mesa Diretora,  
613 orientada para o desenvolvimento da Mesa Diretora. A Mesa Diretora consiste em um  
614 subcolegiado do CNPC com seis membros titulares, paritários, membros do Poder Público  
615 e Sociedade Civil, com posse de Presidente e vice-Presidente, coordenadores das  
616 Comissões Permanentes responsáveis por encaminhar os trabalhos administrativos do  
617 CNPC, especialmente em relação a organização de pautas, Comissões Permanentes e  
618 Câmaras Temáticas, que se reunirá e decidirá na forma disciplinada do regimento interno.  
619 A Secretaria Executiva do CNPC será exercida pelo Coordenador Executivo, designado pela  
620 Secretaria Executiva do Ministério da Cultura, cabendo operacionalizar as deliberações da  
621 Mesa Diretora, bem como gerenciar e sistematizar documentos, documentar as atividades  
622 correlatas ao funcionamento do CNPC. As Comissões Permanentes, comissões que  
623 aconteceram como são os Colegiados Setoriais, Comissão de ética, transparência e grupos  
624 de trabalho, Câmaras Temáticas, são o subcolegiado do CNPC, de composição  
625 preferencialmente paritária, com seu Presidente do Poder Público e Sociedade Civil, que  
626 tem como objetivo desenvolver estudos, análises que vão assessorar o plenário e  
627 substituir as suas atividades. O plenário deverá distribuir cinco Comissões Permanentes e  
628 simultâneas, com no mínimo cinco e no máximo dez membros, e elemento cada uma

629 desde seus respectivos coordenadores de treino, sendo ela Comissão do Plano Nacional  
630 de Cultura, do Sistema Nacional de Financiamento da Cultura, do Sistema Nacional de  
631 Informações e Indicadores Culturais, Programa de Informação Artística Cultural,  
632 Acessibilidade e Redução das Desigualdades em Crise Climática. O plenário com dois terços  
633 da votação poderá alterar, suprimir ou criar nova Câmara permanente, observados os  
634 componentes do Sistema Nacional de Cultura e o número de cinco câmaras em  
635 funcionamento. Cada Comissão Permanente poderá ter até cinco convidados, indicados  
636 pela maioria absoluta dos membros de cada Comissão. O plenário poderá instituir Câmaras  
637 Temáticas em caráter temporário, com no mínimo cinco e no máximo dez membros  
638 devendo eleger seus representantes coordenadores do suplente. A Mesa Diretora do  
639 CNPC poderá convidar especialistas, representantes de outros órgãos e entidades para  
640 participar das reuniões do plenário, Comissões Permanentes e câmaras sem direito à  
641 votação. Poderão ser reconhecidos como Colegiados Setoriais, os colegiados com  
642 representatividade nacional com os termos disciplinados vigilantes internos do CNPC,  
643 contribuirão para escrituras auxiliares e participação ou assessoramento do CNPC ao  
644 mínimo por meio da apresentação de informações e orientações. O CNPC elaborará seu  
645 regimento interno, com prazo de 120 dias, contado a partir da data de decreto. Para o  
646 cumprimento das funções do CNPC contará com participação orçamentária específica e  
647 recursos orçamentários financeiros do Fundo Nacional de Cultura, consignados no  
648 orçamento do Ministério das Culturas. A participação do CNPC deverá ser considerada em  
649 prestação de serviços públicos relevantes e não remunerado. O CNPC dará publicidade nas  
650 aparências feitas em termos de regimento interno. A verba indenizatória será permitida  
651 aos membros do pleno da Sociedade Civil do CNPC, no exercício da função, havendo  
652 disponibilidade orçamentária. Na Conferência Nacional de Cultura, ocorrerá a cada quatro  
653 anos, a escolha de representantes pela Sociedade Civil em eventos governamentais,  
654 quando não exercida pela presidência. Será relutante da indicação da maioria dos  
655 Conselhos da Sociedade Civil. O seu caráter permanente não será permitido a vacância do  
656 mandato. Em caso de atraso no processo eleitoral, o mandato se estenderá até a posse de  
657 novos líquidos. O Ministério da Cultura indicará por meio de lista tríplice preferencialmente  
658 com partos efetivos, um coordenador geral do CNPC, um assessor jurídico e um assessor  
659 de comunicação e o pleno, com maioria simples, votará pela escolha desses servidores. O  
660 Ministério da Cultura deverá disponibilizar servidores preferencialmente efetivos, para

661 atuarem na gestão dos trabalhos do CNPC, em número e capacidade técnica adequada  
662 para o exercício das funções. O Ministério deverá elaborar e apresentar relatórios anuais  
663 referentes ao uso do Fundo Nacional de Cultura e suas ações em concordância às metas  
664 do Plano Nacional de Cultura ao Conselho Nacional de Cultura. O Ministério da Cultura  
665 deverá participar, a Ministra da Cultura deverá participar, ouvir os representantes da  
666 Sociedade Civil em pelo menos uma reunião por ano no pleno do CNPC. O Gabinete da  
667 Ministra prestará apoio técnico e administrativo ao CNPC. As funções deliberativas e o  
668 controle social do CNPC são exclusivas do plenário e fica revogado o decreto 9891 de 2019.

669 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
670 – Aqui o anexo que você já tinha colocado a apresentação.

671 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Isso.

672 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
673 – Vou passar por ele para todo mundo ver como ele está aqui, como parte do decreto. Vou  
674 parar de compartilhar.

675 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – 13  
676 páginas. Vai ter dúvidas.

677 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
678 – Quer fazer algum comentário? Quer deixar que depois vamos em debate? Pode ser? Eu  
679 convencer que o Conselheiro favorito agora me peça licença para o Conselheiro ter a  
680 descrição possível. A apresentação do Correio Público eu faço enquanto coordenação. Se  
681 você tiver comentários adicionais que vocês quiserem, eu interrompo. A gente tem um  
682 tempo de meia hora de queda. Mas eu quero deixar o mais tempo possível para o debate,  
683 para a conversa de vocês. Então, eu tentarei não utilizar todo esse tempo. Deixa eu só  
684 colocar aqui. Samam, se você tem algum ponto, você pode falar. Já vou passar para o  
685 próximo slide. Enfim, acho que é... Como a gente conversava hoje cedo. Quando eu  
686 conversava com os empresários da Associação Estadual de Serviços Públicos. E acho que  
687 a gente faz essa conversa depois de um tempo. Acho que há dois desenhos para o CNPC,  
688 mas eles têm muitas convergências em termos de premissas, de fidelidade à trajetória de  
689 construção do Conselho Nacional de Política Cultural e de acompanhamento também da  
690 legislação. Então, esses dois desenhos eles apresentam bastantes pontos de vigência, é  
691 claro, principalmente em composição, mas no todo, no geral, eles estão afins em relação  
692 à Conferência Nacional de Cultura, em relação a tudo o que foi debatido desde então no

693 âmbito dessa Câmara Temática e nas próprias reuniões ordinárias e extraordinárias do  
694 Conselho. A gente traz um pouco esse caráter introdutório nessa apresentação, que o seu  
695 amigo preparou para fazer, para demonstrar que o Conselho de Política Cultural, hoje,  
696 embora ele tenha sempre tido esse nome para a legislação da cultura no Brasil, ele, ao  
697 longo do tempo, foi se transformando de um Conselho de representação de setores,  
698 segmentos, para se tornar um Conselho hoje, como fidelizado, pela Lei 14.835 de 2024, um  
699 Conselho de Política Cultural. Isso com o aprofundamento que esse acompanhamento,  
700 essa consulta, essa fiscalização e deliberação exigem. E, de fato, se se trata pela Lei 14.835,  
701 uma lei que ficou 12 anos em discussão e em algum momento estacionada no Congresso,  
702 mas aprovada ali no âmbito, no momento da 4ª Conferência Nacional de Cultura, o  
703 Conselho passou a agregar mais funções do que eles tinham anteriormente. Ele se trata  
704 hoje de um Conselho consultivo, fiscalizador e deliberativo. Isso como colocado na Lei  
705 14.835. Outros Conselhos nacionais não têm todas essas atribuições reservadas ao  
706 Conselho Nacional de Política Cultural. Alguns deles são apenas consultivos, outros  
707 consultivos deliberativos, enfim. O Conselho Nacional de Política Cultural é um dos únicos  
708 que combinam esses três caracteres dentro de um só. De resto, a Conferência Nacional de  
709 Cultura apontou boa parte das indicações históricas que já haviam sido feitas pelo setor,  
710 pelo segmento cultural, ao longo da história de institucionalização das políticas culturais  
711 no Brasil, com algumas considerações adicionais que estão sendo incorporadas nessa  
712 legislação atual. Vamos lá. Na Conferência Nacional, assim, a gente vou fazer uma divisão  
713 entre duas grandes demandas relacionadas a esse Conselho. A primeira é a própria  
714 reestruturação do Conselho Nacional, porque o decreto vigente é o 9891 de 2019, que  
715 diminuiu a soberania a incidência da Sociedade Civil e do próprio Poder Público na  
716 construção pactuada da política pública cultural relacionada a uma visão específica sobre  
717 como a política cultural deve ser construída. Essa é a primeira entrega. E a segunda é a  
718 retomada dos antigos, os tradicionais, históricos, colegiais, setoriais, como assim eram  
719 chamados até 2015, e que foram extintos de uma só leva em 2019, não só por esse decreto,  
720 mas pelo decreto que, enfim, suprimiu todos os Conselhos de participação entre a  
721 Sociedade Civil e o Poder Público, exceção àqueles que estavam previstos em outras  
722 legislações ou em âmbito constitucional, como é o caso dos CNPC, no antigo, nos anos 16  
723 e 17. Então, essas duas entregas, elas foram apresentadas e aprofundadas na Conferência  
724 Nacional de Cultura, e elas são trazidas até esse momento, se entrevistando. Depois, são

725 essas entregas que o Ministério da Cultura, com relação ao Conselho, se pretende  
726 entregar. Fazendo uma análise panorâmica sobre o que a legislação determina e sobre  
727 como se construiu o Conselho Nacional de Política Cultural, de forma muito específica e  
728 comparada com relação aos outros Conselhos, a gente entende que a análise de como  
729 formaram o Conselho, como se desenharam o Conselho, ela sempre parte do equilíbrio  
730 entre esses três pilares de composição. O primeiro deles é a governança. A governança e  
731 a capacidade, que a gente chama dessa capacidade de conter consensos e tomar decisões  
732 efetivas, principalmente no âmbito do plenário, porque esse lócus, é a instância de  
733 pactuação e liberação do próprio Conselho em relação às competências ali estabelecidas,  
734 mas também no âmbito dos outros subcolegiados que são formados e que integram a  
735 estrutura do CNPC. Mas essa governança não pode ser vista sozinha, ainda mais no setor  
736 cultural, como ele tradicionalmente se construiu no Brasil. A gente soma nessa análise o  
737 segundo ponto, que é o do caráter legal. Esse caráter legal é dado pela Lei 14.835 de 2024,  
738 que cria o marco regulatório do Sistema Nacional de Cultura e que, então, estabelece essas  
739 funções consultivas, deliberativas, fiscalizadores adicionais em relação a toda a história de  
740 composição do CNPC. E o outro ponto, que é o da representatividade, que a gente dividiu  
741 ali em diversidade territorial, política e cultural. A diversidade territorial e cultural está  
742 citada no seu livro, em litros e litros, na Lei 14.835, mas a gente entende que ela envolve,  
743 como uma visão do próprio Ministério da Cultura, como um Conselho que deve ser  
744 formado com determinado número de membros do Poder Público e da Sociedade Civil que  
745 representem, de forma, que representem como um todo, a diversidade da população  
746 brasileira inclusive, do ponto de vista territorial, entre todos os seus membros. Esses três  
747 pilares, eles não podem ser vistos um sem o outro. Se um Conselho apela, advoga por uma  
748 representatividade CNPC, uma representatividade que se faz mais presente, ele pode  
749 perder em governança e pode perder a sua capacidade de construir Conselhos efetivos em  
750 relação ao caráter. Ao mesmo tempo, se a gente investe, como outros Conselhos nacionais  
751 investem, enfim, em Conselhos que são extremamente efetivos no âmbito de tomada de  
752 decisões, eles podem ficar muito pequenos. Há Conselhos nacionais com cerca de 10, 12  
753 minutos. Mostramos a felicidade da Sociedade Civil e do Poder Público. Então, eles são  
754 pequenos porque não levam em conta a necessidade de representatividade e a política  
755 cultural por parte do Sistema MinC. Essa é uma das premissas de trabalho. Então, alguns  
756 desses princípios, há pilares desse processo, esses três pilares e alguns princípios

757 fundamentais desse processo. Entre esses princípios, isso já foi vencido, na última reunião  
758 ordinária, isso ficou muito... ficou determinado por todos nós, por vocês, enquanto  
759 Conselheiros, e por nós, enquanto coordenação geral e representantes dos membros do  
760 Sistema MinC. Mas capacidade é uma obrigação relacionada à legislação. Então, o plenário  
761 do CNPC, ele precisa ser composto por membros paritários do Poder Público e da  
762 Sociedade Civil. A proposta do Poder Público é que haja 20 membros de cada um desses  
763 grupos. 20 membros da Sociedade Civil e 20 membros do Poder Público. O caráter  
764 permanente também é dado pela organização, ou seja, o Conselho não pode parar. Isso  
765 vocês trazem muito bem naquele momento em que vocês colocam na minuta de decreto,  
766 e acho que isso o governo aderiu a essa indicação já depois da reunião ordinária, de que na  
767 falta de uma nova eleição o mandato continua até que seja dado posse aos novos  
768 Conselheiros.

769 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – [ininteligível] um pouquinho mais alto.

770 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

771 – E o outro ponto, e essa é uma inovação da lei 1485, é de que o Conselho precisa ser eleito  
772 pelos seus pares. A proposta do Poder Público é que as duas entregas do CNPC de  
773 reestruturação e dos colegiados nacionais sejam feitas ao mesmo tempo. Então, que ao  
774 mesmo tempo que se propõe o desenho do CNPC, esse desenho está acoplado à criação  
775 de colegiados nacionais de participação social da política cultural, onde se daria a eleição  
776 direta por parte. Esses colegiados são representativos de áreas, segmentos, povos,  
777 comunidades e redes, muitas das que foram reivindicadas no âmbito da 4ª Conferência  
778 Nacional de Cultura, outras que historicamente compõem o CNPC, e outras que não foram  
779 apontadas, mas que o Ministério hoje desenvolve políticas nacionais transversais com  
780 outros Ministérios ou não, que podem compor colegiados específicos para esse segmento.  
781 Então, a ideia aqui é sair de uma lógica de Colegiados Setoriais, como tradicionalmente  
782 eles eram chamados, para um entendimento de que a política cultural hoje é feita por  
783 muito mais gente, por muito mais formas de se fazer política cultural do que a gente  
784 reconhecia institucionalmente em 2015. E aí essa proposta é que a Sociedade Civil, os 20  
785 membros da Sociedade Civil, segue um pouco no desenho que já havia se apresentado em  
786 outras reuniões de reestruturação, e no próprio âmbito da 44ª ordinária, mas que sejam oito  
787 representantes das áreas tecnocráticas, depois eu vou detalhar um pouco mais quais são  
788 cada uma dessas cadeiras, mas eu só queria ponderar quais são esses eixos de

789 entendimento de cada uma dessas cadeiras. Diversidade das expressões culturais  
790 brasileiras, patrimônio e memória, política nacional de economia criativa e política nacional  
791 cultura viva. E aí a gente tem um retrato consolidado e um pouco mais detalhado de cada  
792 uma dessas cadeiras, em relação a esses eixos, e como elas estão relacionadas a políticas  
793 nacionais e a sistemas setoriais em andamento, ou sendo consolidados pelo sistema pelo  
794 Sistema MinC, pelo Ministério da Cultura. Então, cada cadeira, você consegue  
795 corresponder, pelo menos a entendimentos de que cada uma dessas cadeiras se  
796 relacionam a políticas desenvolvidas pelas áreas finalísticas do Ministério da Cultura, ou  
797 por suas unidades vinculadas, que é IPHAN, IBRAM, FUNARTE, e por autarquias como a  
798 Sistema MinC. E a ideia aqui, então, que a única dessas políticas que hoje não está sobre o  
799 guarda-chuva do MinC, de forma exclusiva, é a política do artesanato, atualmente no  
800 Ministério do Empreendedorismo, mas que poderia, e tradicionalmente, compôs o  
801 plenário do CNPC, e poderia ser alvo dessa diálogo intersetorial por parte do plenário do  
802 CNPC. De resto, todas as outras cadeiras já haviam sido detalhadas anteriormente, e  
803 também não vou fazer agora passar uma por uma, mas esse diálogo de todos os desenhos  
804 foi construído, inclusive, com cada uma das áreas finalísticas e unidades vinculadas do  
805 Ministério da Cultura, incluindo o IPHAN, incluindo o IBRAM, incluindo o Sistema MinC,  
806 incluindo as secretarias finalísticas do MinC. E a ideia, então, é que isso seja repartido no  
807 Poder Público nessa estrutura, sendo 16 representantes indicados no Ministério da Cultura,  
808 e aí não adianta, não há uma diferença aqui, acho que a diferença substancial é relacionada  
809 ao número de membros, porque boa parte desse desenho aqui está refletido na proposta  
810 que já foi apresentada com o Thaynã em relação a esse esqueleto maior, de que ele  
811 pertence ao Poder Público dentro do CNPC. Sendo 16 representantes indicados pelo  
812 Ministério da Cultura, atualmente envolve as secretarias do Ministério e as subsecretarias  
813 de gestão estratégica, a Secretaria Geral da Presidência Nacional, o locos de incidência da  
814 participação social e desenvolvimento da Política Nacional de Participação Social no  
815 âmbito do Governo Federal, e aí os representantes dos Fóruns Nacionais Secretários e  
816 Dirigentes dos Estados, das capitais e municípios associados, a Rede Nacional de Gestores  
817 Municipais de Cultura. De resto, são essas entidades que estão citadas explicitamente no  
818 decreto que formaliza a Comissão Intergestores Tripartite, então seria aqui também já o  
819 âmbito, esses representantes poderiam ser aqueles que fazem esse trânsito de  
820 informações, entre eles, a despeito dos fluxos necessários de informação entre o CNPC e

821 a CIT, nesse novo modo de construção do Sistema Nacional de Cultura. Aqui já é um retrato  
822 mais em formas de tabela, um pouco para esse exercício ser facilitado para a leitura de  
823 quem está acompanhando online. A estrutura organizacional do CNPC passa a ser, então,  
824 de plenária, Mesa Diretora e Secretaria Executiva, nesse sentido similar em relação ao  
825 desenho apresentado anteriormente, o senhor plenário contemplando esses 40 membros,  
826 tanto da Sociedade Civil quanto do Poder Público, a Mesa Diretora, esse subcolegiado  
827 paritário com membros, então, Presidente, vice e coordenadores das Comissões  
828 Permanentes, com a necessidade apresentada pelo Sistema MinC de que essa presidência  
829 e vice-presidência sejam alternadas anualmente entre Poder Público e Sociedade Civil em  
830 cada um dos mandatos. A Secretaria Executiva, então, é responsável por esse trabalho  
831 administrativo e técnico de subsidiar e acompanhar as decisões formuladas e monitoradas  
832 pelo Conselho Nacional. Comissões permanentes, a proposta anteriormente apresentada  
833 em dezembro era de três comissões, agora o Poder Público apresenta cinco comissões  
834 simultâneas e já há um detalhamento de quais são essas. São uma Comissão relacionada  
835 ao Plano Nacional de Cultura, uma Comissão relacionada ao Sistema Nacional de  
836 Financiamento, uma responsável por articulação federativa e com Estados e com o  
837 Congresso Nacional, aquilo que compete ao CNPC, uma Comissão de formação, do  
838 Programa de Formação, e uma Comissão de acompanhamento dos colegiados nacionais  
839 de participação social e dos Fóruns Nacionais de Participação Social da Cultura. Para além  
840 do mais Câmaras Temáticas, que são criadas temporariamente para os temas específicos,  
841 a atual estrutura do Conselho prevê apenas essa esquema temática. Então, a ideia de  
842 Comissões Permanentes que está trazida ali na apresentação de Thaynã, que está  
843 apresentada aqui pelo Poder Público, é que sejam, tenham mais instâncias de diálogo e de  
844 aprofundamento de determinados debates no âmbito do CNPC. E ao mesmo tempo ficam  
845 agregados outras duas instâncias que são propostas pelo Poder Público. A primeira delas,  
846 esses colegiados nacionais de participação social da política cultural, e aí faço uma volta  
847 aqui, a ideia é que sejam criados colegiados de cada uma dessas cadeiras, com exceção  
848 feita a Comissão Nacional dos Pontos de Cultura, que é determinada por legislação própria.  
849 Então, cada uma dessas áreas, segmentos, instituições culturais e redes teriam colegiados  
850 próprios, a partir do qual se elegeria o plenário do CNPC. Mas, ao mesmo tempo, a gente  
851 sabe que a presença da política cultural é muito mais ampla, muito mais diversa, e acho  
852 que essa proposta da Comissão Interconselhos, que foi colocada por Thaynã e da Comissão

853 Intersetoriais responde essa necessidade. Nem tudo cabe de uma vez no Conselho, sendo  
854 que o Conselho precisa tomar decisões efetivas sobre determinados pontos da política  
855 cultural, isso em âmbito do plenário. O desenho proposto pelo Poder Público é que  
856 determinadas demandas que não estão refletidas diretamente nos colegiados nacionais,  
857 sejam colocadas nos chamados Fóruns Nacionais de Participação Social da Cultura. E aí, há  
858 um delineamento já prévio, vou passar pelo caráter depois, do que foi de algumas das  
859 demandas trazidas pela Conferência Nacional de Cultura que já seriam suficientes para a  
860 instalação desses fóruns. Friso que tanto colegiado, tantos fóruns, eles seriam sobre a  
861 representação da Sociedade Civil em relação ao Poder Público. Mas a ideia é que eles sejam  
862 também ambientes locos de pactuação das políticas setoriais, de determinados aspectos  
863 das políticas, que podem sim ser debatidos no âmbito do CNPC, mas que podem ser mais  
864 aprofundados por aquelas pessoas que acompanham suas políticas. Eu vou passar de novo  
865 por esse slide, mas por ora são esses os fóruns que foram listados e que podem ser hoje  
866 acompanhados, que a gente tem no sistema MinC, que aqui são secretarias que podem  
867 diretamente e indiretamente acompanhar a instalação e monitorar, coordenar a formação.  
868 A ideia aqui é então passar por essas competências. O Poder Público admite que aquelas  
869 competências, apenas aquelas competências listadas na Lei 14.835, elas podem ser  
870 insuficientes diante das necessidades da política cultural hoje em dia e coloca algumas  
871 adicionais que podem ser incorporadas no âmbito desse decreto. Faço esse detalhe agora,  
872 essa parte, acho que pode ser feito depois também, mas muitos elementos que não estão  
873 colocados nessa proposta deverão ser objeto de regimento interno, depois de  
874 detalhamento, inclusive em pactuação com a Sociedade Civil. A maior parte desses  
875 acréscimos do Poder Público foram feitos a partir de contribuições que foram feitas pela  
876 Câmara Temática na própria reunião do dia 9 de dezembro. Então aqui, competência 9,  
877 propor e subsidiar ações e políticas intersetoriais e transversais da cultura no âmbito da  
878 União, apoiar e incentivar a criação, manutenção e desenvolvimento dos sistemas  
879 estaduais, distrital e intermunicipal de cultura, propor e acompanhar ações de formação  
880 de gestores, Conselheiros e agentes culturais, promover a articulação e fortalecimento das  
881 relações com os Conselhos de política cultural dos Estados, DF e dos municípios, visando a  
882 harmonização de diretrizes ao intercâmbio de experiências e a consolidação da  
883 participação social no âmbito do Sistema Nacional de Cultura. Como vocês vão perceber,  
884 cada uma dessas competências estão rebatidas de forma direta nas Comissões

885 Permanentes que são propostas pelo Poder Público. Então, para além das outras  
886 competências, essas aqui são objeto de leitura específica por cada uma dessas Comissões  
887 Permanentes, porque o que o Poder Público entende é que o plenário é um ambiente de  
888 pactuação, de debate, mas a partir de estudos, aprofundamentos e análises feitos no  
889 âmbito dessas Comissões Permanentes, de composição paritária entre Poder Público e  
890 Sociedade Civil, que muitas vezes o aquecem de muitas Comissões Permanentes,  
891 sobrecarrega alguns poucos Conselheiros e Conselheiras, prejudicando o andamento dos  
892 trabalhos e, ao mesmo tempo, prejudicando o andamento dos trabalhos do plenário.  
893 Então, qual o equilíbrio possível entre essa necessidade de ampliar as competências do  
894 plenário do CNPC e do que o CNPC compete ser consultado, fiscalizar e deliberar, ao ponto  
895 de se garantir que todo mundo trabalhe de forma justa, sem sobrecarga, e consiga dar  
896 conta de cada uma das competências listadas no âmbito do decreto. E algumas outras  
897 podem, inclusive, ser mais bem detalhadas no regimento interno. Bom, deixa eu perguntar  
898 aqui. Algumas aqui, acho que isso se espelha muito, enfim, já foi falado antes, mas a ideia  
899 é que, sim, age esse mandato de três anos para a Sociedade Civil, permitindo uma única  
900 recondução condicionada à manutenção dos critérios de habilitação, como a gente está  
901 falando nessa entrada, nos colegiados nacionais de participação e nos fóruns, essa é uma  
902 necessidade. Aí eles vão direto para o CNPC, como necessidade legal, indicando que, aí,  
903 essa é uma indicação necessária, de que está ainda acessa uma apresentação dos slides de  
904 50% do gênero, alguns critérios de raça e etnia, e de representação de pessoas com  
905 deficiência e outros grupos LGBTQIA+. Essa é uma questão que deve ser resolvida, sim, na  
906 composição dos colegiados e deve ser resolvida na composição dos fóruns e na própria  
907 eleição do pleno. É uma indicação que precisa ser feita, já deixada clara no âmbito do  
908 decreto, com mais detalhamentos no regimento interno e ainda mais detalhamentos no  
909 edital de eleição e de instalação dos colegiados nacionais. A ideia aqui é que a  
910 representatividade territorial, e esse foi um diálogo muito intenso no âmbito da Câmara  
911 Temática dos Setoriais, que compõe, composta também pelo Poder Público e Sociedade  
912 Civil, é de que a representatividade territorial seja garantida via Colegiados Setoriais,  
913 Colegiados Nacionais de Participação Social na Política Cultural. Então, esses colegiados  
914 poderiam ter esse número ainda não fechado, mas algo a se desenhar, inclusive com o  
915 plenário do CNPC, de 15 a 20 membros e de que, entre esses membros, obrigatoriamente  
916 a gente deveria atingir cotas de cadeiras específicas reservadas a determinados grupos.

917 De resto, membros do Poder Público, comandado e vinculado à permanência no caso da  
918 inclusão no âmbito da origem, e essa é uma redação própria, típica dos Conselhos  
919 nacionais, e está incorporada em quase todos os decretos que os criam e os sinalizam.  
920 Mas, repito essa informação, então, de que o ambiente de aprofundamento da diversidade  
921 territorial étnico-racial e de gênero seria colocado no âmbito desses colegiados nacionais  
922 de participação social, mas, mesmo assim, o plenário deveria estabelecer critérios  
923 específicos eleitorais para que o seu plenário, em si, fosse também representativo  
924 segundo esses percentuais de cotas e grupos populacionais específicos. Bom, e aqui,  
925 enfim, é uma redação um pouco mais específica do que seriam os colegiados. A ideia  
926 anterior dos termos do Poder Público era de que os colegiados seriam estruturas auxiliares  
927 da participação social, mas isso perde um pouco essa dimensão porque eles se tornam  
928 estruturas do próprio Conselho Nacional de Política Cultural, prestando esse  
929 assessoramento direto ao Ministério da Cultura e, sobretudo, ao CNPC, e a qual se deram  
930 órgãos que possam acompanhar essas decisões do Poder Público. Então, eles fazem uma  
931 fonte, uma fonte entre a representação e a gestão do Ministério da Cultura e a  
932 representação e a gestão daquelas políticas que são de caráter setorial, ao mesmo tempo  
933 apoiando aquilo que é específico e particular e apoiando aquilo que é de caráter geral e é  
934 acompanhado pelo próprio CNPC. A ideia é sempre criar um fluxo de informações, de  
935 necessidade de informação, entre cada um desses colegiados, subcolegiados, no caso  
936 colegiados nacionais de participação, e o plenário do CNPC, para que cada uma dessas  
937 decisões seja objeto de extremo debate e seja pactuada por todas e todos. Os fóruns  
938 nacionais, então, são instâncias um pouco mais flexíveis em termos de estruturação, mas  
939 são aquelas que apoiem aquelas demandas transversais da política cultural e da cultura  
940 como um todo, acompanhadas por secretarias e unidades vinculadas, e pelo próprio CNPC,  
941 onde são formuladas demandas, planos, projetos, programas e o grosso da política pública  
942 de cultura, que não necessariamente hoje estão formalizadas ou nacionalizadas pelo  
943 Sistema MinC. Essa aqui é a própria arena de identidade do setor cultural, a ideia é que  
944 esses fóruns sejam essas instâncias e esses locos de participação. Ao mesmo tempo, eles  
945 são indicações para o futuro do CNPC. Uma vez que o desenho proposto pelo Poder  
946 Público é de 20 e 20 cadeiras, algumas das cadeiras podem, ao longo do tempo, em novos  
947 desenhos de estruturação pactuados por novos Conselheiros do CNPC, serem  
948 incorporadas com as cadeiras fixas do plenário. Aqui, algumas dessas demandas que foram

949 trazidas pela conferência, que já tem rebatimento com as secretarias. Bom, aqui é um  
950 pouco já uma indicação do que precisa ser feito, de qual é o desafio de Conselheiros e  
951 Conselheiras, tanto da Sociedade Civil quanto do Poder Público, e também do Sistema  
952 MinC enquanto organizador e coordenador desse processo de estruturação. A ideia,  
953 então, é que uma vez pactuado isso na reunião extraordinária, a partir dos debates daqui,  
954 com participação e nos debates da reunião extraordinária, seja encaminhada uma minuta  
955 de decreto para avaliação da Casa Civil com publicação o quanto antes. A partir desse  
956 momento, dessa apresentação da proposta, dessa participação e da assinatura da  
957 proposta de justificação via decreto presidencial, deve ser elaborado um regimento  
958 interno, são compostos os colegiais nacionais de participação social e aí se faz a eleição  
959 para o plenário do CNPC. Esse desenho aqui, ele obedece, então, a esses pilares, a essas  
960 premissas, e ao mesmo tempo ele faz esse balanço. O balanço possível segundo o cenário  
961 que há hoje das políticas nacionais de cultura, e algumas daquelas implementadas pelos  
962 entes federados, tudo aquilo que foi construído e dividido pelo CNPC, quanto aquilo que  
963 foi apontado pela 4ª Conferência Nacional de Cultura, quando em um certo horizonte de  
964 cultura, em relação que pode, deve ser implementado pelo Sistema MinC e pelos demais  
965 entes federados em relação ao Sistema Nacional de Cultura. A gente defende, defendeu  
966 enquanto Coordenação Geral do Sistema MinC, aderiu a essa ideia de que o sistema, o  
967 Conselho Nacional deve estar onde está o Sistema Nacional de Cultura por esse  
968 acompanhamento específico feito das políticas relacionadas ao Sistema Nacional e a essa  
969 institucionalização e são detalhamentos de como, o que seria realizado em termos de  
970 reuniões presenciais, estrutura administrativa, mas são detalhamentos que são objeto de  
971 pactuação do decreto e não envolvem necessariamente o porém, o cerne dessa proposta.  
972 Passa a palavra para o Teresa, que a gente tem tempo, não é?

973 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Eu só queria, antes de passar, primeiro,  
974 parabenizar o Vinícius, Vinícius está completando, acho que, dois meses, não é isso?

975 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
976 – Dois meses e meio.

977 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Dois meses e meio de coordenação e  
978 está com está com a formulação na ponta da língua. Parabenizar aqui publicamente, o  
979 Vinícius chegou e vem fazendo um trabalho espetacular aqui no Conselho de Carreira, que  
980 vai carregar essa memória do Ministério da Cultura. E, por último, até que é uma, sempre

981 uma discussão muito importante de fazer e a gente, nesse trabalho, a gente se buscou  
982 muito apoiar a fundo a lei 14.3.5 do Sistema Nacional e vendo o que, dentro do que está na  
983 lei e a gente precisa sempre estar regido, não é? É uma lei federal sancionada e a gente  
984 precisa colocar ela como guarda-chuva, mesmo jurídico, mas também como peça política  
985 para sustentar esse Sistema Nacional. E o detalhe, sobre a Conferência Nacional de  
986 Cultura, no qual já foi objeto de debate desta Câmara, inclusive com participação e fala do  
987 nosso COJUR, doutor Osiris, que nos acompanha aqui online. E aí eu faço questão de citar  
988 o artigo 19 da lei 14.3.5, o parágrafo 2º, no qual a lei expressa o órgão gestor da cultura na  
989 esfera federal deverá coordenar e convocar a Conferência Nacional de Cultura a cada  
990 edição, deverá ser realizada de forma regular e periódica, podendo ainda ser convocada  
991 extraordinariamente a qualquer tempo, ouvido o CNPC de sem prejuízo da realização da  
992 conferência regular e periódica. Então, esse é o que está expresso no sentido da estrutura.  
993 Nós mesmos, dessa coordenação, no início do processo, colocamos a conferência, sim, na  
994 estrutura, porque é assim. Essa lei tem uma visão do sentido da prerrogativa de realização,  
995 de realização, no qual fica sobre responsabilidade, obviamente, por conta de orçamento.  
996 Enfim, o planejamento está do órgão gestor federal. Tudo bem? Então, só para fazer esses  
997 dois... para ver se essa pontuação da lei do SNC passa aos nossos Conselheiros.

998 **Sra. Teresa Cristina Rocha Azevedo de Oliveira (Titular - Diretoria de Fomento Direto) –**

999 Bem, eu queria só fazer uma apanhada aqui, ouvindo Thaynã, ouvindo Vinícius, de que  
1000 existe uma convergência enorme, uma convergência enorme, na intenção de trazer para  
1001 dentro do debate a participação social, mas por uma via arejada, por uma via arejada, que  
1002 não seja tão engraçada, porque a gente tem... reconhece que as dinâmicas da sociedade,  
1003 elas impulsionam isso, e ao Poder Público, há uma certa... um certo deleito de incorporar  
1004 em suas normas esse processo de participação. Então, assim, do ponto de vista do formato  
1005 que está sendo oferecido para debate, em relação a reconstruções que traz o Conselheiro,  
1006 eu posso dar um testemunho. Eu fui coordenadora do Conselho do Colegiado Setorial do  
1007 Artesanato. E a gente trabalhou muito fortemente para apresentar uma proposta de plano  
1008 que entregou para aqui. Não tinha o que entregar. Esse processo, ele favorece a  
1009 intersetorialidade e a interseccionalidade. E ele também aparece como uma reação desses  
1010 esporos, como um processo que vai ser, digamos, sempre receptivo aos movimentos  
1011 sociais que se apresentam para se articularem com o Poder Público, a política pública, e  
1012 que podem, efetivamente, ser mais efetivos nas respostas que a gente pode dar a eles.

1013 Tem um outro componente também que é muito, muito importante, é que pela via desse  
1014 diálogo, eu acho, acredito, eu acredito mesmo, que seja mais efetivo esse Conselho chegar  
1015 para o nosso colateral Ministério, detentor da responsabilidade de uma determinada  
1016 política desta forma, do que com uma participação individual no plenário do Conselho.  
1017 Então, assim, sem reparo nenhum na apresentação que o Vinícius fez sobre a proposta,  
1018 me parece que a gente tem, aqui em mãos, uma viabilidade de chegar ao ponto e, de fato,  
1019 atenda às necessidades e às expectativas de quem se senta à mesa para defender e propor  
1020 as suas questões. Então, assim, no geral, me parece que a gente, assim, é alguma coisa que  
1021 há espaço para conciliação e imagino que esse debate no plenário seja realmente muito  
1022 bem subsidiado pelos processos que estão sendo colocados aqui e que não tenho dúvidas  
1023 de que um formato muito difícil de manejar em termos de composição, altas grandes de  
1024 muitos componentes, na verdade, favorece a dispersão. Então, o que eu queria contar  
1025 sobre isso foi feito, defendido e volto a dizer. Essa questão, por exemplo, do tratamento  
1026 de intersectorialidade e interseccionalidade, ela evolui ao longo do tempo. Então, a gente  
1027 precisa realmente dar essa válvula de escape para que haja novos entrantes no processo  
1028 à medida que a sociedade vai demandando e, enfim, a gente vai se deparar com essas  
1029 necessidades desse poder. Eu gostaria só de parabenizar [ininteligível] e os relatores aqui  
1030 sobre a proposta.

1031 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro**  
1032 **e Leitura)** – Sim, bom, eu estou aqui mais propício a ouvir o debate que vai vir dos membros  
1033 do CNPC que estão conosco, participando também virtualmente, mas são duas ou três  
1034 observações muito breves. A primeira é que essa Câmara, ela tem uma atribuição no  
1035 âmbito do CNPC de apresentar o resultado do trabalho de uma proposta que vai chegar  
1036 para o pleno. Então, eu não estou vendo como duas propostas, eu estou vendo como dois  
1037 cenários que certamente vão chegar integralmente para o pleno. Nós não estamos aqui  
1038 para selecionar uma proposta ou outra. Vamos levar os cenários para o Conselho. E eu vejo  
1039 já muitas convergências. Tem alguns pontos que possam estar ali sendo aprimorados. No  
1040 âmbito do sistema MinC, que também terá uma reunião onde vamos apresentar para a  
1041 Ministra Margareth, para que ela também consiga colaborar e, de repente, a gente  
1042 também perceber dela quais são as contribuições diretas da Ministra, sobretudo do que  
1043 está vindo da proposição que vocês apresentaram, com a aderência com a recepção que  
1044 ela tem para essas proposições. Então, acho que a gente pode ouvir, porque esse é um

1045 processo obviamente que tem a ver desde 2023 com a refundação do Ministério da  
1046 Cultura, portanto, com o fortalecimento das instâncias e ambientes de participação social  
1047 e de controle social. O CNPC tem tido um papel fundamental no Ministério da Cultura  
1048 desde 2023, iniciando ali com o mandato, com a realização de uma Conferência Nacional  
1049 de Cultura, por exemplo. Depois disso, os processos de regulamentação, de aprovação, de  
1050 regulamentação, por exemplo, de um Sistema Nacional de Cultura. Nós estamos aqui  
1051 discutindo elementos componentes também desse Sistema Nacional de Cultura,  
1052 compreendendo que o Conselho como parte é do Sistema, o Plano Nacional de Cultura,  
1053 que agora foi para o Congresso. E temos um desafio enorme, que é urgente, que é definir  
1054 essa reestruturação para iniciarmos o processo eleitoral. Isso tem que ser muito urgente.  
1055 Então, eu vejo muitas convergências, mas eu quero fazer aqui uma defesa de como é que  
1056 a gente pode, como for, nessa representação da Sociedade Civil, a presença dos técnicos,  
1057 trabalhadores da cultura, enfatizando que esses fóruns que estão aqui propostos, como  
1058 as áreas técnicas, que aí pode ser, de repente, um campo específico lá na representação  
1059 do próprio Plano, Capoeira, Cultura Alimentar, Cultura DEF, Cultura Infância, que são  
1060 componentes de muita transversalidade. Por exemplo, a Capoeira, ela está na  
1061 representação das culturas urbanas e periféricas, quilombolas, e também de cultura  
1062 tradicional e popular. A Cultura Alimentar, ela está na Cultura Viva, está na economia  
1063 mitigativa. A Cultura DEF também, Cultura Viva e a Economia [ininteligível], além de ser  
1064 totalmente transversal. A SEFLI, nesse passado, é a única estrutura dentro do Sistema  
1065 MinC, com uma coordenação específica de acessibilidade cultural. E o Hip Hop também  
1066 nas linguagens, artística, sobretudo, a dança e a música também. De repente, parece que  
1067 é interessante compreender essas áreas aqui também como fóruns. Mas vamos ver o que  
1068 é que vai vir para o pleno. Eu tive uma experiência, aqui finalizo, como secretário de Cultura  
1069 do Estado do Ceará, em que a gente ampliou de maneira muito expressiva a  
1070 responsabilidade da Sociedade Civil. Lá, a maioria, inclusive, é da Sociedade Civil. E isso deu  
1071 um vigor para o Conselho, mas, às vezes, também houve problemas de quórum, de a gente  
1072 criar novas áreas e segmentos ou setores no Conselho. Da mesma forma, do Poder Público  
1073 para além do próprio Ministério. Eu acho fundamental que a gente garanta o Poder Público  
1074 bem por meio da responsabilidade da estrutura do MinC. E, obviamente, abrir um debate  
1075 para que outro Ministério, não muitos Ministérios, possam estar. Esses que vocês  
1076 apresentaram aqui. Então, aqueles que têm mais aderência para as políticas estruturadas,

1077 como fogos indígenas, igualdade racial, os direitos humanos. Obviamente, o MEC, a gente  
1078 vem da atmosfera, o ser do MEC continua como ser de cultura. Então, acho que a gente  
1079 tem um bom trabalho para apresentá-los para a nossa reunião do Conselho.

1080 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Obrigado, secretário.

1081 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1082 – Eu tenho uma dúvida. Como a gente tinha combinado que, anteriormente, falariam os  
1083 Conselheiros aqui. Aí, eu te pergunto, pergunto para vocês, se o Lucimar havia levantado  
1084 a mão aqui. E aí, se vocês quiserem também fazer considerações sobre as falas dos  
1085 Conselheiros. E aí, vocês falam e a gente passa a palavra para quem estiver lá. Pode ser?  
1086 Até para vocês terem a ocasião, também, de responder, de fazer indagações sobre essa  
1087 proposta, que vai ser um acompanhamento. E aí, Lucimar havia se inscrito primeiramente.  
1088 Não sei se vocês conheceram, se inscreveram também. Então, temos quatro inscrições. E  
1089 aí, mais duas inscrições. Três inscrições online. Se não me engano, Torelli...

1090 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Torelli e Fernanda.

1091 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1092 – É, mas tem outra inscrição.

1093 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Ah, tem mais uma. Então, mas são  
1094 Torelli, Fernanda e Jocélia, nessa ordem. Torelli não está com a mão levantada, mas havia  
1095 levantado aqui.

1096 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1097 – Então, posso passar. Lucimar, Thaynã, João Michel, Vitelli, Torelli, Fernanda e José.  
1098 Vamos colocar... Está bom. Vamos colocar... Posso colocar limite de fala? Para a gente  
1099 garantir uma certa condução desse debate. Então, temos três minutos para cada uma das  
1100 pessoas se manifestarem. Pode falar, você mesmo.

1101 **Sra. Lucimar Bezerra Marques (Titular - Representante Região Norte)** – Primeiramente,

1102 eu sou uma mulher parda, estou usando óculos, cabelos presos. Primeiramente, eu quero  
1103 parabenizar aqui o Vinicius, também aqui o nosso Presidente da Comissão, a Câmara, o  
1104 Thaynã. Mas, primeiramente, o que eu quero dizer é que essas duas propostas, eu não vejo  
1105 nenhuma como Poder Público, nenhuma como Sociedade Civil. Gostaria muito que elas se  
1106 entrelaçassem. Porque aqui nós estamos lutando para ter políticas públicas para a cultura  
1107 brasileira. Então, a gente deve se entrelaçar para poder ir para o pleno, para ser objeto de  
1108 debate e, sim, chegarmos a um consenso para a melhoria da cultura brasileira. Então, é

1109 isso que eu desejo como Conselheira do Norte, que a gente está recebendo as políticas  
1110 públicas agora, e para nós está sendo muito bom. Claro, falta muita coisa, mas, tem coisas  
1111 que precisam ainda melhorar, mas o que queremos, entre todos, seja Conselheira da  
1112 Sociedade Civil, seja Conselheira do Poder Público, o que queremos é a melhoria da cultura  
1113 brasileira. E um dia todos voltaremos a ser Sociedade Civil. Obrigada.

1114 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1115 – Obrigado, Conselheira. Ana, você queria ficar de papo, não é? Então, vamos... Bom... Dois  
1116 minutos.

1117 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –**  
1118 Primeiramente, boa tarde aos colegas da marcando a temática aqui presente, a quem eu  
1119 não cumprimentei, aos demais Conselheiros que nos assistem de forma remota e todos  
1120 aqueles que nos assistem no YouTube, boa tarde. Eu venho falando disso desde a última  
1121 reunião e é preciso se entender a curva que precisa ser feita. A gente precisa sair do modal  
1122 de Conselho de Cultura para entrar no modal do Conselho de Política Cultural e deixar de  
1123 ser um Conselho unicamente de Cultura, mas com foco nas políticas culturais. Essa curva  
1124 é a mais difícil que eu consigo enxergar nesse momento, porque para isso existir, e falei  
1125 isso na última reunião e repito, é preciso se entender quais são essas políticas. Existe uma  
1126 política cultural das artes que nos foi apresentada na última reunião, mas que ainda não  
1127 foi adaptada nem por nós, nem por ninguém desses países. Então, enquanto as políticas  
1128 não forem sólidas, essa curva vai ficar cada vez mais difícil de ser feita, porque se a gente  
1129 não consegue compreender qual é a política para cada setor, como é que a gente vai  
1130 conseguir compreender essa curva da política cultural? É extremamente importante para  
1131 a gente conseguir enxergar nesse consenso geral da política cultural brasileira. Esse é o  
1132 ponto estratégico-chave, para mim, pelo menos. Na apresentação, Vinicius, eu não  
1133 consegui enxergar a representatividade territorial nesse desenho. Eu vi a  
1134 representatividade das cadeiras, mas não consegui enxergar a representatividade  
1135 regional, territorial. Como ela vai se dar? Isso, para mim, não ficou claro nessa  
1136 apresentação que vocês trouxeram. E sempre existirão outras áreas que não fazem parte.  
1137 Os técnicos, a capoeira, sempre existirão. Como a gente vai lidar com isso? Porque vai  
1138 sempre existir. E esse é um desenho que precisa se arranjar desde lá, para se entender que  
1139 as próximas que virão, como é que vai ser feito isso? Para a gente não se deparar todas as  
1140 vezes com uma área, com um setor dizendo a minha cadeira, o meu lugar, está, e aí? Onde

1141 isso vai se encaixar? A minha sugestão é que isso seja direcionado aos seus lugares, às suas  
1142 políticas. Exemplo, que surgir de algo novo relacionado à política das artes, que esteja  
1143 ligada à política das artes, ponto da arte, assim como IPHAN, IBRAM, Palmares, enfim, e  
1144 assim por diante. Para a gente conseguir encaixar essas coisas, existirão ainda aquelas que  
1145 se correlacionam com outras. Como lidar com elas? É outra questão que precisa ser trazida  
1146 também. É isso. Em simples, é basicamente isso. Ainda preciso compreender um pouco  
1147 mais do que foi apresentado, pedir até o Daniel esse material, para conseguir dar uma lida  
1148 rápida aqui para entender por que, de minha parte, entendo que evoluiu muito da reunião  
1149 do dia 9 de dezembro para essa reunião que trazemos aqui agora, e isso é predição, debate  
1150 e empreendimento de ambas as partes. Por isso que eu acho que sairemos aqui com uma  
1151 reflexão coletiva, dentro daquilo que for possível. Claro. É isso. Muito obrigado.

1152 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1153 – Obrigado por ser aqui.

1154 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Boa tarde a todos  
1155 que estão nos ouvindo e assistindo. Obrigado pelo apoio do público. Isso é um amor que  
1156 a gente vê ao longo do tempo só entre nós mesmos, quanto que agora com a participação  
1157 do público fora a última nossa. E com a preocupação do seu colega. E, imediatamente, a  
1158 questão da nomenclatura e o entendimento lá na ponta dessa mudança de políticas, de  
1159 cultura, para conseguir política nacional de cultura. E uma coisa que me preocupa também  
1160 é a questão de nunca ter chegado a um consenso, tranquilo. Outra questão é uma  
1161 remuneração muito sobre remuneração. Essa é a dificuldade. Uma coisa está aqui no  
1162 Distrito Federal. Outra coisa é a polêmica lá. E a questão também territorial da gente se  
1163 movimentar na ponta. Eu, pelo menos, enquanto representante do setor, aqui no centro-  
1164 oeste, a dificuldade que nós temos de distância para poder publicar a representatividade  
1165 que eu tive desde as ações dentro desse território. Faço nenhuma espécie desse olhar,  
1166 desse diálogo lá com a ponta. A gente foi eleito para isso. Eu estive de integridade  
1167 perguntando a alguma coisa. Estive de integridade por um outro sentido, que era de ponta  
1168 de cultura, mas, mesmo assim, pude aproveitar ainda porque tinha um conjunto desse  
1169 território, naquele momento ali, para a gente poder conversar. Não existe prática,  
1170 naturalmente, não existe. Temos uma preocupação de como a gente se movimentar  
1171 dentro do território. Essa é a representatividade. A outra coisa que me preocupa, e a gente  
1172 vai ter que descrever na sua Língua Nacional, também, essa preocupação. Você falou

1173 muito bem na questão do artesanato. Como haverá esse diálogo de representatividade  
1174 pelos Colegiados Setoriais? O artesanato se está em um outro espaço. Isso é dificuldade.  
1175 Enquanto isso, o artesão. É muito legal você estar lá conversando e a gente, enquanto o  
1176 artesão fica fora, eu estou falando eu e muitos que estão dentro do processo da Secretaria  
1177 de Turismo, e toda a questão da participação propriamente dita, e quem nos representa  
1178 de fato. A outra questão é a questão dos colegiados. A representatividade, como eu já  
1179 falei, nós temos um processo de número de cadeiras, e altamente a gente está se  
1180 reportando e lembrando que aconteceu na nossa reunião, dentro da Conferência Nacional,  
1181 que a necessidade de representatividade é daqueles que chegam para reivindicar números  
1182 de cadeiras, e a gente sabe o nosso exemplo, tanto da comunidade de Matriz, foi uma fala  
1183 muito boa que aconteceu lá, e dos indígenas. Como se dará e essa representatividade para  
1184 os Colegiados Setoriais, que eu penso e entendo que esperarão, trarão a demanda de seus  
1185 territórios para chegar aqui, e como se dará essa representatividade de forma que eles  
1186 sabem como se dará na questão do rendimento, apesar de você ir lá, que você vai tratar  
1187 da questão de eleições, das representatividades. E aí a gente daqui a gente parte para  
1188 chegar lá no pleno, na nossa reunião, e realmente aprovar o que atende os anseios dessa  
1189 comunidade. A gente pegou uma missão muito complicada nesse intervalo que a gente  
1190 sofreu politicamente. E agora, reestruturar a ação, como a gente ouviu demais, a fala tem  
1191 que ser como foi no passado. Não. A gente tem uma questão dinâmica, principalmente  
1192 que a cultura é dinâmica. Ela muda. Ela necessariamente... Aí eu volto de novo aos  
1193 Colegiados Setoriais. Nessa representatividade de cadeiras, como a gente vai alcançar o  
1194 consenso se em cada questão... Vou dar só um exemplo, que quando eu cheguei a ocupar  
1195 um delegado... Você já foi setorial? Sim, já fui concluído. Quando eu fui delegado no setorial  
1196 aqui no DF, e era só artes visuais. E, de repente, no primeiro anúncio quebrou a pauta da  
1197 fotografia, que ele é só independência. E nós não precisamos mais de uma fotografia, se  
1198 multiplicou pela arte visual. Então, como se dará esse processo na representatividade  
1199 dentro do CNPC? Obrigado.

1200 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1201 – Obrigado, Conselheiro. Passa agora, então, Thaynã.

1202 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom,

1203 gente, parabéns à equipe pelo trabalho. Eu acho que avançou em relação à última reunião.

1204 Entendemos isso. A outra proposta do MinC, dessa proposta de agora, e também a

1205 apresentada aqui. São propostas com base nos trabalhos da Câmara de ambos os lados. A  
1206 gente vê a reflexão do trabalho da Câmara de ambos os lados. Mas, ainda bem, a gente  
1207 ainda tem a diferença. E isso eu pergunto mesmo. O que define o Colegiado Setorial?  
1208 Porque eu vi que nessa proposta, aparecem Colegiados Setoriais que antes não existiam.  
1209 E o que define o fórum? O que define o Colegiado Setorial? Como diferenciar isso? E a  
1210 questão, mais uma vez, dos representantes territoriais, que foi uma questão que ficou  
1211 muito colocada na última reunião e achei que a gente ia ter uma resposta nesse texto sobre  
1212 isso, sobre a questão do território. Lucimar, sempre quando fala, ecoa uma forma da  
1213 região do norte. Ela está como representante dessa região. E a conferência que a gente  
1214 fez, tudo isso trouxe essa questão. E é isso. Eu espero também que a gente consiga  
1215 convergir o máximo possível, que a gente tenha tempo para dialogar antes da próxima  
1216 reunião, que está aqui. Entendeu? Isso. Que a nossa proposta também chegue em mais  
1217 pessoas do Ministério para poder olhar para o relato. Porque eu vejo aqui o perfil de muitas  
1218 pessoas que hoje estão no MinC nesse desenho, sabe? O sistema MinC reuniu. Então,  
1219 quando você coloca aqui esses 20 representantes, eu fui vendo aqui, pulando, e falei que  
1220 esse aqui não podia faltar. Entendeu? Então, como é que isso fica definido? Refletindo  
1221 sobre a possibilidade de se pensar mesmo o voto como definidor. Porque de algum modo,  
1222 a capacidade de voto demonstra também a articulação do setor em todo o território. Isso  
1223 já é nacional no caso. Então, fica uma coisa mais da sociedade mesmo definir quais são as  
1224 questões.

1225 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro**  
1226 **e Leitura)** – Talvez isso é um caso da adaptação do Ministério da Cultura. Não é uma  
1227 pluralização. A gente incluiu toda a estrutura do MinC, porque no anterior não tínhamos.  
1228 Aqui não são as pessoas, aqui são os órgãos. As reguladas e assim. Entendeu?

1229 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Entendi,  
1230 agora entendi. O que você está falando da atividade do MinC.

1231 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1232 – Thaynã, eu até peço desculpas, porque acho que essa parte da participação, ela ficou  
1233 uma lacuna mesmo em relação à representatividade territorial. Peço licença aos  
1234 Conselheiros e Conselheiras, porque eu posso fazer uma correção, uma pequena, uma  
1235 parte em relação a essa resposta, mas acho que na proposta como um todo isso vai ficar  
1236 mais trunco. Nessa ideia, como diferir, primeiro, colegiados nacionais e fóruns nacionais

1237 de participação social? Os colegiados são aqueles ligados às cabeiras do pleno e as cabeiras  
1238 do pleno são aquelas ligadas às políticas nacionais hoje vigentes no MinC. Sejam políticas  
1239 que têm caráter muito determinado em cada uma das secretarias, sejam elas transversais.  
1240 O colegiado, isso é um desenho acertado pela Câmara específica, então eu antecipo o que  
1241 foi já discutido lá, mas é algo a ser debatido ainda. Mas, por exemplo, tendo de 15 a 20  
1242 membros, você pode estabelecer que desses 15, no mínimo, deveria haver um ou dois  
1243 representantes de cada uma das regiões do Brasil. E isso para cada um desses colegiados.  
1244 Colegiado de dança, colegiado de música, colegiado de pinturas dos povos quilombolas,  
1245 colegiado do artesanato, colegiado hoje não vamos estar todos agora, colegiado da  
1246 economia criativa. Então é que cada um desses membros, de alguma forma, seja dessas  
1247 regiões, sempre desde vista também a necessidade de equilíbrio gênero, étnico, racial,  
1248 orientação, identidade de gênero, orientação sexual. A ideia, então, é que esses colegiados  
1249 cumpram essa primeira parte da representatividade. E é possível se pensar ainda,  
1250 tecnicamente, em um desenho de que, ok, mas esses colegiados elegendo uma pessoa e  
1251 outra, titular e suplente, pode ser que elas só elejam um grupo específico populacional. É  
1252 um risco. Mas é preciso garantir, então, que essa transição dos colegiados para o pleno  
1253 também faça essa correspondência em relação a esses critérios de representatividade. O  
1254 que define? Os colegiados, eles são nessas instâncias, criadas em moldes similares, mas  
1255 não exatamente idênticos ao que havia no sistema federal de cultura naquela época, e hoje  
1256 no Sistema Nacional de Cultura, como implementado pela lei, aqueles responsáveis por  
1257 fazer esse balanço mesmo. Então, são esses 15, 20 membros, entre artesanatos e Poder  
1258 Público e da Sociedade Civil, vinculados àquele recorte específico para o qual ele foi  
1259 desenhado, que fazem a pactuação dos seus planos setoriais, políticas setoriais e a  
1260 articulação da gestão específica dessas políticas nacionais com os secretários, técnicos e  
1261 outros demais interessados. É nesse ambiente, inclusive, que os Ministérios podem ser  
1262 mais devidamente convocados, onde eles podem se relacionar especificamente com as  
1263 políticas nacionais. Eles têm esse caráter formal mais clássico, mais direto. Os fóruns, por  
1264 sua vez, eles são esse ambiente de criação de pautas e de acompanhamento por parte do  
1265 Ministério e por parte de todos os Conselheiros da Sociedade Civil, de algumas pautas que  
1266 não recebem políticas nacionais no momento pelo Ministério, mas que são transversais a  
1267 algumas das outras políticas do Sistema MinC e do Sistema Nacional de Cultura. Não vou  
1268 me alongar demais, porque acho que os Conselheiros têm prioridade.

1269 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC) – Torelli. Torelli...**

1270 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Nós temos  
1271 um desenho por áreas. São 10 [ininteligível], vendo pela tela o que está indo aqui. Política  
1272 nacional, leitura... Dentro deste desenho serão distribuídas as regionalidades, os  
1273 territórios, é isso? Exemplo, nós podemos ter alguém das artes visuais de um território e  
1274 alguém da dança de outro território.

1275 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1276 – Exato.

1277 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** O desenho  
1278 territorial está dentro dessas cadeiras?

1279 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1280 – A ideia é que cada uma dessas cadeiras seja eleita por 15 a 20 pessoas e aí cada área define  
1281 qual o limite de sua atuação. A ideia é que os formatos colegiados eles sigam o mínimo  
1282 padrão a ser definido com os Conselheiros da Câmara específica, com os apóstolos do  
1283 pleno. E aí você faz essa distribuição territorial dentro dos colegiados.

1284 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Então nós  
1285 temos um colegiado, esse colegiado elegerá quem representará na cadeira? Dessa forma,  
1286 eles são diretos.

1287 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1288 – Eleição direta por pares.

1289 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Ela deixa de  
1290 ser direta. Se ela passa por qualquer meio, por qualquer filtro que exista, ela deixa de ser  
1291 uma eleição direta.

1292 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1293 – Mas cada um desses são colégios eleitorais formados específicos pelos seus pares. Esses  
1294 pares vão eleger as cadeiras.

1295 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Mas, então,  
1296 primeiro se elege os pares, depois os pares elegem a cadeira?

1297 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1298 – Não, se forma o colégio eleitoral. O colégio eleitoral é o colegiado nacional.

1299 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste) –** Isso não é  
1300 eleição direta?

1301 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1302 – Eles são diretos por pares.

1303 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Só que essa

1304 eleição deixa de ser direta, porque eu crio um núcleo de dança, especificamente. Eu crio

1305 uma Comissão de dança. Essa Comissão de dança elegerá alguém que vá no parque. Por

1306 exemplo, se ele for esse colégio eleitoral, o mesmo [ininteligível], o mesmo setor,

1307 específico.

1308 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1309 – Você teria que criar um colégio eleitoral dessas áreas também? E ele elegeria o mesmo

1310 setor.

1311 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Mas aí ela

1312 passa a ser uma eleição direta, porque nós estamos criando um grupo, por exemplo, um

1313 grupo de dança, que é o que a gente está debatendo, elegerá os seus membros. Esses

1314 membros elegeram a direta de quem é aquele que vai para ocupar o cargo. Isso não é uma

1315 eleição direta.

1316 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Exatamente. É importante ter os

1317 planos. Quando é eleição direta, e a gente tem aqui o nosso doutor Osiris também, se

1318 quiser fazer a intervenção, peço novamente aqui as desculpas aos Conselheiros que já

1319 estão inscritos, mas o ambiente da Câmara tem esse ambiente mesmo do nato que é onde

1320 a pactuação é construída. Aí, doutor Osiris, novamente, se quiser usar na fala, por favor.

1321 Mas assim, você tem a eleição direta. Direta. A lei. Na seção 4, sobre os Conselhos de

1322 política cultural, artigo 16. O parágrafo único da lei, ele é muito direto. Os representantes

1323 da Sociedade Civil referidos no caput deste artigo serão escolhidos por meio de eleição

1324 direta por seus pares. Uma eleição direta é uma eleição que é, por exemplo, você tem a

1325 eleição completamente aberta. Maior de 16 anos pode votar. Qualquer um pode votar.

1326 Qualquer cidadão com mais de 16 anos pode votar. Nesse caso, a eleição por pares e, veja,

1327 essa é uma... Aí, consulta que nossos queridos Conselheiros também, que tem passagens

1328 no MinC também anteriormente. O Conselho Nacional ele sempre essa concepção de

1329 eleição direta por pares é uma concepção que vem da história do CNPC desde o advento

1330 dos Colegiados Setoriais. Por quê? É uma construção dentro da linguagem da

1331 representação, daquela linguagem setor, segmento, povo, comunidade. A partir dali você

1332 constrói o colégio eleitoral para aquela cadeira, por isso os colegiados também, com essa

1333 construção que você tem ali. Inclusive, no processo eleitoral, eram etapas estaduais  
1334 setoriais.

1335 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Você viu  
1336 com a conferência.

1337 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Exatamente. Viam as etapas estaduais  
1338 setoriais, tiravam delegações específicas de cada linguagem, constituía-se o Colegiado  
1339 Setorial e aquele Colegiado Setorial se reunia, já constituído, para encaminhar entre seus  
1340 de pares a cadeira do pleno da qual iria representá-los no pleno do CNPC. Esse é o modelo  
1341 de eleição por pares. E aí, eu construo, doutor Osíris, também, se quiser, usar da palavra  
1342 brevemente, porque a gente vai dar sequência aqui e também ouvir os Conselheiros que  
1343 não compõem esta Câmara. Doutor Osíris, quer usar a palavra ou a gente pode continuar  
1344 aqui?

1345 **Sr. Osíris Vargas Pellanda (Consultoria Jurídica Ministério da Cultura)** – Por enquanto, eu  
1346 prefiro me abster, Samam. Acho que a gente precisa desenvolver um pouco melhor essa  
1347 questão do que seria uma eleição pelos pares, porque não estaria muito claro para mim  
1348 como seria uma eleição indireta, se nesse modelo a eleição direta, a eleição pelos  
1349 colegiados, seria considerada uma eleição direta. Então, a gente teria que desenvolver um  
1350 pouquinho melhor esse conceito.

1351 **Sr. João Michel Daniel Ferreira (Titular – Representante da Região Sudeste)** – Só uma  
1352 correção assim, Daniel. Me permita corrigir. Uma eleição direta, independente de pares ou  
1353 não, é quando você elege alguém para um cargo público. Isso é uma eleição direta.  
1354 Independente quem vai votar, são só o grupo da dança, mas essa é uma eleição direta. Se  
1355 elege para um cargo. Quando se elege um grupo, para este grupo eleger o cargo não é  
1356 uma eleição direta. Existe um intermédio. Não é uma eleição direta? Eu sou do teatro,  
1357 posso votar num candidato da dança. Se os critérios são que o teatro vota só no teatro,  
1358 ok. O teatro vota só no teatro, mas para um cargo direto, não pode votar para um grupo,  
1359 para este grupo eleger aquela pessoa. Aí vira indireta. Para ser direta, o doutor Osíris pode  
1360 me corrigir se eu tiver equivocado, para ser direta é eleição para aquele cargo. Se tiver em  
1361 qualquer intermédio não é direta. Mas com voto de seus pares. Vota só na dança. Vota só  
1362 na dança, mas para aquele cargo. Ou daquele território. Os critérios podem ser  
1363 exatamente definidos. Por religião, por território, por cadeira, enfim. Mas ela precisa ser  
1364 direta.

1365 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Vinícius?

1366 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1367 – Eu?

1368 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Só rapidinho.

1369 Dentro dos colegiados. São 20 colegiados, é isso?

1370 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1371 – Não 20 exatamente, porque é a Comissão Nacional de Cultura Viva [ininteligível]. Mas 19

1372 colegiados.

1373 **Sr. Luiz Felipe Vitelli (Titular – Representante da Região Centro-Oeste)** – Isso. E a gente

1374 sabe muito bem que os mais organizados e articulados vão ocupar espaço. E sabemos

1375 também que temos praticamente 29. Existem no território, mas não atuam. A gente já tem

1376 que pensar isso também. Porque senão vai ter bloco, janelonas, para várias situações. E a

1377 gente sabe, sabe. A gente sabe que o Paulista e o Margarida têm voto. E o Conselheiro no

1378 território vai ter que fazer essa construção. Não precisa nem ser candidato. Lá no

1379 [ininteligível], eles estão alcançando um quanto de espaço. E é legal. É legal, tratando só

1380 de um exemplo. Mas muitos vão ficar à merceia de organização e por aí vai. E como a gente

1381 viu na 4ª Conferência Nacional, a representatividade é praticamente oportunista. Mesmo

1382 existindo quando é só um exemplo de moda e empresários. A representatividade não faz

1383 nem parte da militância cultural dentro do território. Então, é isso aí. Só essa preocupação

1384 aí.

1385 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Perfeito. Para quem que eu vou passar?

1386 Torelli está inscrito? É que Torelli estava inscrito. Ele abaixou a mão. Eu só queria confirmar

1387 se ele segue inscrito.

1388 **Sr. Luís Torelli** – Não, sigo sim.

1389 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1390 – Está bom, Torelli.

1391 **Sr. Luís Torelli** – É que eu tinha abaixado porque, como cheguei atrasado...

1392 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1393 – Então, Torelli, Fernando e Gilcéia. Por favor, Torelli. Obrigado.

1394 **Sr. Luís Torelli** – Bom, boa tarde a todos. Quero também parabenizar a Sociedade Civil e o

1395 Poder Público. Avançamos bastante. Mas a minha... É só uma dúvida bem rápida. A

1396 nomenclatura do setor, do nosso setor, era livro, leitura, literatura e biblioteca. E agora,

1397 ele está como livro, leitura e informação. Eu não entendi exatamente o porquê dessa  
1398 mudança e o que se trata essa informação na nomenclatura. E a outra coisa... Está como  
1399 livro, leitura e informação. Ah, certo.

1400 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro**  
1401 **e Leitura)** – Na proposta que veio. Está correto. A proposta é livro, leitura, literatura e  
1402 biblioteca. Nessa aqui, o... Já conseguimos aqui. Eu estou entendendo. Foi um erro de  
1403 identificação mesmo.

1404 **Sr. Luís Torelli** – Ah, está ótimo. E a outra coisa, qual é o próximo passo? Quando essas  
1405 propostas serão levadas para o pleno, eu não entendi direito.

1406 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro**  
1407 **e Leitura)** – Depois da manhã, praticamente.

1408 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1409 – Dia 3. Dia 3. O pleno se reúne dia 3 de forma híbrida, presencial, para aqueles que  
1410 estiverem em Brasília, mas de resto online para todos os Conselheiros titulares e suplentes.

1411 **Sr. Luís Torelli** – Eu queria só fazer uma sugestão. O que foi exposto aqui hoje foi muitas  
1412 informações. Eu acho que levar isso para o pleno com tanta informação, eu sugeri, eu  
1413 participei de uma reunião muito parecida com essa, onde tinham duas propostas. Eu vi que  
1414 tem muita convergência nas duas propostas, mas eu acho que a gente poderia discutir as  
1415 divergências. E nessa reunião, ficou uma coisa bem didática. Era uma planilha em que, de  
1416 um lado, tinha uma proposta, no outro lado da planilha, na outra coluna, outra proposta,  
1417 e aí se discutia isso com mais objetividade. Eu acho que isso é bastante importante para  
1418 todo mundo entender. Fica como sugestão. Obrigado.

1419 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1420 – Obrigado, Conselheiro. A gente vai conversar sobre essa proposta em seguida a fala das  
1421 demais Conselheiras. Está bom? Fernanda.

1422 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Adão (Titular Representante Região Centro-**  
1423 **Oeste)** – Boa tarde, gente, que está aí no MinC, galera que está no virtual, Conselheiras,  
1424 Conselheiros, que saudades. Thaynã, antes de eu falar, me responde só uma pergunta.  
1425 Vocês vão mexer nesse material, mudar ele para a nossa reunião ou não? Porque se vocês  
1426 forem mudar, eu apresento algumas considerações. Se não, vamos levar do jeito que está  
1427 e vamos debater lá? Eu prefiro guardar minhas observações para a gente debater no  
1428 coletivo e sair algum encaminhamento. Me responde aí, amigo Thaynã.

1429 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** –  
1430 Fernandinha, se a gente conseguisse reunir nesse meio do caminho, a gente conseguiria.  
1431 O nosso objetivo antes de trazer esse material aqui era ainda ter devolvido ele depois  
1432 daquela reunião para o próprio Conselho, que a gente fez uma reunião aberta, mas a gente  
1433 conseguiu mesmo finalizar ele, o texto dessa minuta de ontem para hoje, terminar as  
1434 observações, a gente teve que olhar uma consultoria jurídica, esse documento fez  
1435 observação, então a gente conseguiu fazer isso agora.

1436 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Adão (Titular Representante Região Centro-**  
1437 **Oeste)** – Acredito que não.

1438 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu acho  
1439 difícil, acho bom colocar, porque a partir daí também a gente vai...

1440 **Sra. Fernanda Barbosa Adão – Fernanda Adão (Titular Representante Região Centro-**  
1441 **Oeste)** – Eu agradeço muito, então, por todas as informações que foram compartilhadas  
1442 com vocês. Eu acredito, para quem está nos acompanhando, para além da Conferência  
1443 Nacional de Cultura, esse é o trabalho mais exaustivo que, com certeza, esses Conselheiros  
1444 que estão aí presentes e nós que estamos aqui auxiliando da forma que podemos. Isso  
1445 muda tudo, no ano de eleição, no ano de Plano Nacional de Cultura. Estou vendo aqui no  
1446 YouTube que o pessoal tem várias discordâncias, várias situações, então eu convido, assim  
1447 como eu, a estar na nossa próxima reunião extraordinária, acredito que vai ser transmitida  
1448 também, não é isso, Daniel? E convido vocês a estarem conosco, a articular com os  
1449 Conselheiros que vocês têm contato até essa reunião, para defender, mobilizem-se, para  
1450 que a gente chegue com essa força e que a gente saia dessa reunião extraordinária, que  
1451 vamos deliberar sobre esse material realmente com o que a Sociedade Civil espera e o que  
1452 a nossa 4ª Conferência nos deu de caminho. Então, só agradecer, porque o empenho é  
1453 exaustivo. Então, vamos em frente, que semana que vem a gente tem mais um round.

1454 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1455 – Obrigado, Conselheira. Passo agora a falar na Conselheira Gilcéia, em seguida a  
1456 Conselheira Carmen, porque não houve nenhuma inscrição aqui. Tudo bem? Aí se tiver a  
1457 gente faz a modulação. Conselheira Gilcéia, por favor. Seu microfone está um pouco baixo,  
1458 então se você pudesse aproximar do microfone.

1459 **Sra. Gilcéia de Lurdes Souza (Suplente – Confederação da União das Federações de**  
1460 **Capoeira do Brasil)** – Vou levantar o volume. Aí agora fica melhor. Boa tarde a todos e a

1461 todas. Piúba, quando tu sumiu, eu disse, meu Deus do céu, um dia que ele já vai de novo.  
1462 Eu não consigo achar esse homem. Mas tudo bem. Pessoal, assim, a história, a gente está  
1463 mudando, está bom? A reformulação e a reestruturação a gente está fazendo. Nós  
1464 entramos para o Conselho num período complexo e delicado. Onde nós éramos de uma  
1465 secretaria especial no Ministério do Turismo. Ganhamos uma Ministra, ganhamos várias  
1466 secretarias, Teresa? E a Teresa lembra muito bem que nós estávamos de parzinho com a  
1467 mesmo tom de vestido quando eu disse assim, eu não quero saber o que vocês estão  
1468 fazendo. Eu quero é construir com vocês. Lembra dessa fase, Teresa? E é isso que a gente  
1469 conseguiu fazer. A gente está conseguindo fazer e todas as minhas brigas, Daniel, Samam  
1470 e Vinícius, por ponto e vírgula, por decreto que não saiu, por diário que não está correto,  
1471 é para gente entregar um trabalho. Não vai ser o perfeito. Não vai ser o melhor, Piúba, com  
1472 certeza. Vitelli, a gente pode se matar, mas a gente não vai conseguir entregar tudo que a  
1473 gente gostaria de entregar. Mas vamos entregar o que deu para as nossas pernas e para  
1474 os nossos braços. E sim, João Michel e Vitelli, seria muito interessante se o Conselho  
1475 Nacional fosse remunerado ou o mínimo assim reconhecido. A gente ganhasse em casa,  
1476 que eu briguei, que eu queria livrinho do IPHAN, que viessem me entregar aqui em casa  
1477 por ser Conselheira, mas eu também gostaria para participar da vida cultural e esclarecer  
1478 para o pessoal que eu deixei descer qualquer coisa no mundo para estar Conselheira  
1479 Nacional de Política Cultural, porque é uma missão muito grande. É, Thaynã, tu sabe disso  
1480 e deixei de fumar. Então, assim, eu abandonei o Centro de Tradições Gaúcha, eu estou  
1481 apoiando sempre que necessário, que me procuram, o pessoal da capoeira, mas eu não  
1482 estou em evento prazeroso para mim como artista, como fazedora de cultura, como  
1483 artesã, eu estou só nas políticas públicas para a gente poder entregar, e o Osiris também  
1484 me conhece pessoalmente, sabe que eu brigo muito e brigo por coisinhas assim, e se eu  
1485 puder decidir e resolver nos bastidores, eu vou resolver nos bastidores, eu não vou trazer  
1486 a público para a gente criar um grande debate, a gente resolve em casa, lava a roupa em  
1487 casa e depois a gente põe a público. A minha opinião sempre foi essa, sabe muito bem  
1488 disso. Então, assim, eu só quero agradecer a todos, a todos, inclusive ao Vinícius, que  
1489 pegou agora de meia dúzia de caminho aí, tem que encarar eu e o Daniel, que eu brigo com  
1490 ele direto e vou continuar brigando, espero que teu pai esteja melhor, Daniel. E, assim, é  
1491 só agradecer a todos por esse trabalho, e não posso deixar de dizer das nossas brigas por  
1492 coisas que a gente sempre pediu. A transparência nas reuniões, o site, a participação, a

1493 gente conseguiu. Então, assim, gratidão a todas as batalhas, a todos os impasses, e a  
1494 minha contribuição, eu não vou contribuir porque a sociedade já está contribuindo aí, e a  
1495 capoeira, capoeira, capoeira, eu também quero uma cadeira, eu quero uma cadeira da  
1496 Gilcélia Conselheira Inter regionais, porque eu já fui do norte, estou no nordeste, já fui do  
1497 sul, e a minha a minha ida para Brasília já está garantida, então, quer dizer assim, eu vou  
1498 dominar toda a região, então, você cria aí um cargo aí, Osiris, Conselheira Nacional de todas  
1499 as regiões, Gilcélia, você permanece...

1500 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1501 – Conselheira, por favor...

1502 **Sra. Gilcélia de Lurdes Souza (Suplente – Confederação da União das Federações de**  
1503 **Capoeira do Brasil)** – Beijo para todos, não, eu tinha que terminar assim, Vinicius,  
1504 Conselheira Nacional de todas as regiões.

1505 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1506 – Obrigado, Conselheira, passo agora a palavra para Conselheira Carmen Negrão, por  
1507 favor.

1508 **Sra. Carmen Negrão (Titular - Representante da Associação Rede de Produtores Culturais**  
1509 **de Fotografia no Brasil)** – Não, só queria fazer as palavras da Fernanda, as minhas palavras,  
1510 agradecer todo o trabalho das equipes, das apresentações, e eu acho que agora o debate  
1511 fica para pleno, que era só isso mesmo que eu queria passar. Boa tarde e bom trabalho  
1512 para todos.

1513 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**  
1514 – Obrigado, Conselheira. Passa a palavra agora para quem quiser se manifestar aqui com  
1515 o seu, da Câmara, Thaynã, Luciano... Tem alguém com a mão levantada? Ah, está bom.  
1516 Você sai com a mão levantada, mas complicou. Não, eu estou me inscrevendo de novo.  
1517 Então, inscrevo formalmente Fabiano Piúba e depois Conselheira Thaynã faz.

1518 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro**  
1519 **e Leitura)** – Pegando essa fala, tanto da Fernanda como também do Torelli, de como é que  
1520 a gente pode chegar aí, Daniel e Vinicius, sendo uma tarefa aí bem trabalhosa até o dia 3.  
1521 É maravilhoso. Construir uma proposta do que é convergente e consensual, e ter os  
1522 elementos que vão ficar aqui estabelecidos o consenso, porque aí, de repente, pode  
1523 parecer como um trabalho mais próprio, esse conjunto da Câmara. E o outro é essa  
1524 importância que a Fernanda falou de mobilizar e de articular para as defesas daquilo que

1525 os membros da Sociedade Civil consideram que são muito centrais. Finalizo dizendo o  
1526 seguinte, esse mandato, do CNPC, ele é um mandato de entregas. Eu lembro que ao  
1527 chegarmos no Ministério da Cultura, houve debate na casa, sobre se abriríamos naquele  
1528 momento um novo processo eleitoral ou se a gente manteria o mandato daqueles que já  
1529 estavam eleitos, obviamente garantindo essa legalidade, de dar sequência a quem foi  
1530 eleito com toda retratibilidade e legitimidade. Então, esse mandato é um mandato de muitas  
1531 entregas. Tivemos uma Conferência Nacional de Cultura, que trouxe para o Ministério da  
1532 Cultura elementos importantes para construção, por exemplo, de um novo Plano Nacional  
1533 de Cultura, a própria, além da conferência, o Plano Nacional de Cultura, como eu falei, mas  
1534 também essa entrega da reestruturação, fortalecimento do próprio conceito,  
1535 consequentemente, do próprio MinC e das políticas culturais. Então, eu estou, assim, de  
1536 certa forma, já pensando de como é que a gente tem que ter uma reunião muito objetiva,  
1537 também na reunião do CNPC, para termos uma proposta que a gente, de fato, levar o que  
1538 for necessário e se estende, inclusive, o horário que possa se estender da reunião, para  
1539 gente abrir, sim, um processo eleitoral de eleições direta para o CNPC.

1540 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1541 – Obrigado, Conselheiro.

1542 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom,  
1543 gente, eu também acho, que a gente tem que achar uma agenda agora, que, para gente,  
1544 para Câmara, eu digo, esse meio tempo para gente ver o que é que converge, sabe, eu pedi  
1545 muito aos Conselheiros do Poder Público que olhem para essa proposta, a gente vai  
1546 encaminhar na minuto e ver o que que encaixa, o que que não encaixa, o Daniel citou agora  
1547 a questão da conferência, que a conferência não cabe pela lei. Não cabe, não cabe. Se a lei  
1548 fala que não cabe, não cabe. Mas o que que cabe pela legislação. João Michel trouxe uma  
1549 questão, essa eleição está direta ou ela está indireta? Ela me parece completamente  
1550 indireta, tanto que a proposta nossa, antes a gente tinha o fórum, o fórum dos Conselhos  
1551 estaduais, o Conecta, no plenário, a gente tirou, por quê? Porque o fórum é lede entre eles,  
1552 e aí mora um indicativo, é uma indicação de identidade, quando a gente olha uma  
1553 Comissão de cultura viva, é a indicação de uma estrutura. Então, de fato, refletir nessa  
1554 questão e pensar nessa proposta, gente, a gente deixar para Sociedade Civil escolher quais  
1555 são os setores que estão, de fato, mais organizados e definir quem vai ficar no pleno, e  
1556 ainda ter a oportunidade, de tantos outros setores ficarem numa Comissão que vai

1557 assessorar o pleno, a gente tira de nós a taxaço de qual setor vai e qual fica, porque, igual  
1558 eu falei, quando eu olhei para esses setores, eu via, a proposta, essa nova proposta que  
1559 melhorou bastante, mas quando a gente olha ali para as cadeiras da Sociedade Civil, você  
1560 vê a representaço de algumas pessoas que conseguiu se colocarem, então, eu acho que,  
1561 eu acho que vale a pena pensar nisso, sabe, gente? E a questáo, da remuneraço do  
1562 Conselho, nessa proposta de nossa, a gente traz um verbo indenizatório que, até hoje a  
1563 gente não ficou sabendo, legalmente pode ser, pode ser, pode ser jeton, mas verbo  
1564 indenizatório é uma coisa que cabe, é muito histórico, nos Conselhos de modo geral, e o  
1565 que se faz em um Conselho nacional reflete nos Conselhos estaduais e municipais,  
1566 sabe, gente? Essa questáo da gente ter representante de setores e Estados é muito  
1567 importante também para os Estados, e dentro do possível para os municípios, todo  
1568 município tem seu território, quase todo município tem território rural, tem território  
1569 periférico, e a representaço desses diferentes setores é importante no pleno, a mesma  
1570 coisa, o Rio de Janeiro ele tem uma estrutura interessante que ele tem os representantes  
1571 setoriais e os representantes dos territórios, ele tem os fóruns, sabe, que organizam em  
1572 torno disso, então, é isso, quando a gente pensa, pedi mais uma vez para vocês refletirem  
1573 sobre essa questáo das representaçoes territoriais, ficou muito colocado no pleno,  
1574 entendendo que um Conselheiro da dança eleito no norte, não vai ter, necessariamente o  
1575 compromisso de lutar pela região, igual um Conselheiro que foi eleito por aquela região e  
1576 tem as expectativas, quando a gente é eleito, as pessoas se encomendam com as coisas,  
1577 então, a gente não é mais sendo cobrado e tem que responder isso, então, é isso. Traz uma  
1578 proposta que nós sabemos que são as 27, 3 na região, é isso? 3 no Rio de Janeiro e na  
1579 Comissão de preconceito a gente tem uma Comissão a parte, entendendo, a gente tem a  
1580 representaço de todos os Estados.

1581 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenaço-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1582 – Perfeito. Eu acho que é importante agora a gente focar muito objetivamente naquilo que  
1583 diverte, porque senão a gente vai ficar envolto em distúrbios bonito sem objetivamente  
1584 focar naquilo que são os problemas, então, acho que a gente precisa focar nesse  
1585 momento, onde a gente diverte, se a gente consensual, se a gente não consensual, isso  
1586 vale para plenária e precisar de plenos. É isso.

1587 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenaço-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1588 – Minha ponderaço é que onde eu vejo as grandes divergências, fazendo já um pouco

1589 esse esforço de sistematização, na composição, claro, como está desenhada as cadeiras  
1590 da sociedade seguida da cadeira do votado público, isso já geraria uma tabela comparada,  
1591 e também nas competências. Eu acho que seria um grande rol de competências que está  
1592 rebatido de alguma forma no Poder Público ou não, exclusivamente, não totalmente.  
1593 Então, isso já são divergências que eu sugiro que estejam debatidas pelo plenário. Eu acho  
1594 que, assim, em termos de horário, eu acho que teríamos mais Conselheiros que podem  
1595 debater. O esforço que a gente faria enquanto coordenação geral é sistematizar o quanto  
1596 antes as informações para que Câmara Temática tenha acesso e plenário. A gente  
1597 consegue ter até segunda, não sei, é difícil eu prometer algo e depois entregar para vocês,  
1598 mas, de fato, acho que a gente poderia combinar e é a sugestão que essas apresentações  
1599 sejam feitas mais uma vez no plenário, para que todo o Conselho possa acompanhar e a  
1600 gente possa também fazer uma apresentação comparativa desses pontos convergência e  
1601 divergência. Mas, mais uma vez, a gente apresente as propostas, para que você tenha um  
1602 tempo de reparar mais e o Poder Público tenha um tempo de reparar mais também. E aí a  
1603 gente, basicamente, fecharia a primeira parte da reunião, se a gente fez horas para isso. E  
1604 a tarde seria um debate mais aprofundado. Agora, isso depende também se a proposta  
1605 como vocês apresentaram aqui vai ficar dessa forma. Porque se vocês modularem ela de  
1606 alguma outra forma, o Poder Público modular de alguma outra forma, será que se a gente  
1607 consegue ter isso até o final de semana, nessas propostas, e aí na segunda a gente faz essa  
1608 apresentação comparativa, é um período em que a gente pode simplificar isso e aí não  
1609 conseguiremos mandar para o Conselho [ininteligível], por conta do prazo, mas  
1610 apresentaremos publicamente para todo mundo e depois espalharemos para o e-mail,  
1611 para todo mundo lhe dizer. Pode ser?

1612 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Sim, claramente a gente diverge em  
1613 três pontos, pelo que eu consigo entender aqui. Basicamente, a composição, que é a  
1614 divergência, a finalidade, que são as funções atribuídas, tem muitas funções de um lado,  
1615 tem algumas de outro lado, isso não é difícil de convergir, na minha opinião, não é fácil  
1616 chegar a uma convergência, e não ficou claro para mim se há uma convergência na questão  
1617 da [ininteligível], não ficou claro se existe uma convergência nisso. Então, esses três eixos,  
1618 pelo que eu entendi até agora.

1619 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro**  
1620 **e Leitura)** – Perfeito. Tem um desenho, acho que em relação às Comissões Permanentes,

1621 por exemplo, ela muda de temas específicos, são sim Comissões Permanentes, de  
1622 qualquer forma, acho que vai nos caber apresentar quais são as suas funções e quais as  
1623 atribuições que estão ali despejadas, já listadas nas competências do CNPC para cada uma  
1624 delas. E aí, o debate desses desenhos. Tanto esse desenho que vocês apresentaram aqui,  
1625 quanto o que o Poder Público apresentou. Então, esses três, eu acho que são de fato,  
1626 composição, finalidade e [ininteligível]. Acho que nós nos comprometemos, vocês nos  
1627 mandam as minutas? Fazendo um favor?

1628 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1629 – Mas, confirme para a gente quando ela está fechada, para a gente fazer essa...

1630 **Sr. Daniel Samam (Coordenador Geral do CNPC)** – Permitam-me, então, revisões diretas  
1631 ou indiretas? Isso é o que a gente tem que fazer. Essa é uma ponderação. Envia para a  
1632 gente, então, também, a apresentação.

1633 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1634 – Não, as funções, porque eu acho que muita coisa ali vai envolver isso. A gente também  
1635 não tem a de vocês, entendeu? Sim. É a apresentação da proposta. A minuta é para ser  
1636 construída a partir de todas as indicações do plenário. Certo? Então, está. A gente tem três  
1637 pontos maiores de divergência. A eleição direta, ela precisa ser modulada nessa proposta  
1638 do Poder Público, como o regrado, como o governo, como o Osiris indicou. Vamos  
1639 combinar. Sim, vocês podem mandar para mim, até sábado, mandar para mim o Conselho  
1640 dessa apresentação da minuta, porque dá um tempo para vocês, inclusive, ouvirem  
1641 [ininteligível], se tiver lá algumas indicações a serem feitas. E aí, na segunda, é quando a  
1642 gente vai se debruçar sobre esses arquivos para fazer essa apresentação. Não me  
1643 comprometam mandar essa apresentação para você da Câmara Temática, acho que no fim  
1644 do dia até o fim da noite, para você ter acesso. E aí, se tiver alguma divergência, a gente, o  
1645 governo e o plenário na hora de abrir os trabalhos. Pode ser?

1646 **Sr. Thaynã Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Eu acho  
1647 que sim.

1648 **Sra. Gilcéia de Lurdes Souza (Suplente – Confederação da União das Federações de**  
1649 **Capoeira do Brasil)** – Deixa eu interromper, Thaynã, porque o Vinicius está falando muito  
1650 na segunda-feira. Tu já olhou no calendário para ver que dia é segunda-feira? Segunda-feira  
1651 tu não consegue nada de mim. É dia de Nossa Senhora dos Navegantes. Me desculpa, mas

1652 eu, eu não leio documento nenhum. Aí eu me dou o direito de ter a minha religiosidade a  
1653 florida. Então, nessa aí...

1654 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1655 – Que quando eles vêm para você ler, esse é um problema seu.

1656 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Não é  
1657 diferente, mas eu estou com vocês bem.

1658 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1659 – O que a gente tem é no dia, no dia dois, a gente não mandará esses materiais, eu vou  
1660 mandar os materiais, a gente vai mandar os materiais para a Câmara Temática, uma aliança  
1661 proposta de comparação. O dia três é o dia que o plenário terá acesso a toda essa  
1662 documentação. Ao vivo é coisa para todo mundo ler. Se a gente conseguir mandar a  
1663 minuta antes, a minuta apresentada aqui por vocês e esse material apresentado pelo  
1664 Poder Público, a gente pode mandar o quanto antes. Mas essa palavra é comparativa  
1665 apenas no dia três. O dia dois é feriado em fatos consideráveis no Brasil. E continuará...  
1666 Nós trabalharemos no feriado aqui no Distrito Federal e teremos que isso dedicar a essa  
1667 reestruturação.

1668 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – Bom, eu

1669 não sei se fica inviável, sabe, gente? Mas eu acho que seria muito bom se a partir disso que  
1670 a gente apresentou, vocês conseguissem além de fazer o fato comparativo, talvez fazer  
1671 se possível com os Conselheiros do Poder Público para poder trazer essas questões,  
1672 porque talvez antes, no processo de fazer o fato comparativo, vocês já vão enxergar, não,  
1673 isso aqui a gente acha que desse jeito, dessa proposta nossa, fez sentido. Então, já  
1674 assimilamos nesse sentido. E antes da reunião do pleno, a gente conseguiu fazer uma  
1675 reunião da Câmara Temática para olhar para esse quadro comparativo e tentar reduzir o  
1676 que é divergência. Entendeu? Porque eu acho que a gente enquanto Câmara consegue,  
1677 olhando para... e refletindo sobre o que foi diferente, reduzir a divergência ainda. Porque  
1678 tem bastante divergência ainda. Tem muito ponto comum, mas não é aquele tanto de  
1679 proposta que a gente colocou em relação às competências do Conselho. O que cabe? O  
1680 que não cabe? Porque tem coisa que talvez não caiba mesmo. E tudo bem. A gente está,  
1681 de fato, disposto a avançar. Tanto que essa Câmara aqui aprovou que tivesse muito  
1682 Estado, nós somos todos representantes de Estados, de regiões, mas a gente entendeu  
1683 que se a gente insistir com isso, não vai adiantar. Então, a gente refez a proposta. Ver até

1684 que ponto vocês também conseguem fazer esse exercício e ver se a gente consegue uma  
1685 reunião da Câmara Temática na segunda, para a gente ver se reduz o bato comparativo e  
1686 chega ainda com mais unidade nessa proposta.

1687 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1688 – Excelente. Dependendo dos Conselheiros das Conselheiras. Eu acho que a gente tem,  
1689 são muitas as diferenças. Eu acho que, assim, esse detalhamento de competências, esse  
1690 detalhamento da composição, mas acho que, assim, considerando o calendário de detalhe,  
1691 surgiu que a gente concentre esses sócios de debate na reunião do plenário. Eu acho que,  
1692 sim, uma reunião prévia da Câmara poderia ser útil, mas não sei se teremos Conselheiros  
1693 do Poder Público que possam estar presentes e acompanhar esse debate. Eu acho que,  
1694 assim, é dever... Eu acho que é dever do Poder Público receber essa proposta, saber em  
1695 que ponto ela pode ser apoiada pela proposta do Poder Público, como ela está sendo feita  
1696 aqui, para ver essa leitura detalhada do que é legalmente possível, mas não só. Do que é  
1697 politicamente viável, necessário, desejado, do ponto de vista do Sistema MinC, para aquilo  
1698 que pode ser acoplado e agregado, abraçado nessa proposta. E eu acho que a partir daí,  
1699 então, se estabelece um padrão comparativo, inclusive, em relação para o Sistema MinC  
1700 determinar, olha, isso aqui é possível, isso aqui eu não considero possível, e aí essas são as  
1701 divergências que vão para a pactuação e discussão alterada. Pode ser assim? Eu digo isso  
1702 por falta de arreda, porque é uma dificuldade, considero-me [ininteligível], talvez não  
1703 poderia, mas saímos todas e todos em dia 3, sabe?

1704 **Sr. Thayná Fernandes Araújo Paes (Titular - Representante da Região Sudeste)** – É  
1705 possível que vocês deem uma resposta em cima desse decreto, por exemplo, façam  
1706 observações, leem tudo, dizendo isso cabe...

1707 **Sr. Fabiano dos Santos Piúba (Titular - Secretaria de Formação Artística e Cultural, Livro  
1708 e Leitura)** – Desculpe, sinceramente, é o decreto. Porque o decreto, a gente vai trabalhar  
1709 depois que aprovar a estruturação. O decreto é um instrumento que tem que passar pelo  
1710 nosso jurídico, tem que passar por uma casa seguida mais de frente. Eu acho que o mais  
1711 importante agora, é a gente aprovar a composição, a estrutura, porque o decreto é um  
1712 instrumento que vem depois disso, e que certamente vai ser, talvez, outra instância, talvez,  
1713 nessa Câmara, para fazer a sua consolidação. Acho que a gente não está aprovando o  
1714 decreto. O decreto é um processo administrativo mais complexo para que a gente aprove  
1715 ele assim, para a próxima semana. Não tem nem uma proposta de decreto. Mas vai chegar

1716 na Câmara. Mas depois tem que aprovar a estruturação no CNPC. Eu queria trazer uma  
1717 questão, se essa questão da regionalidade é algo que vocês estão defendendo como vital  
1718 e fundamental para... Não, a regionalidade ela já está presente nas duas propostas. Isso  
1719 aqui vai ter a questão da territorialidade, gênero, etnia etc. Porque o que eu vejo é que  
1720 aquela eleição ali, quando cria a reputação regional, ela veio no contexto do envasamento  
1721 e eliminação dos colegiados setoriais, segmentos, setores, enfim, das expressões e  
1722 manifestações. Eu não sei se ao trazer de novo os colegiados e ampliando a reparabilidade  
1723 segmentos, setores, expressões, a necessidade de uma reputação regional. Eu não sei em  
1724 que medida às vezes o representante regional dentro da estrutura agora mais ampliada  
1725 ele não vai já estar com vários representantes regionais, entendeu? Eu sou do Nordeste,  
1726 eu sou do Norte, eu sou do Centro-Oeste, eu sou do Sudeste, territorial e setorial ao  
1727 mesmo tempo. Eu acho que hoje é uma boa região, não é assim? Hoje é uma boa região,  
1728 isso. Então, são dois territórios e dois suplentes. Isso, isso. Além de se apresentar de  
1729 algumas instituições. Ah, nesse setor. Na representação regional, eu vou levar. Eu vou  
1730 intervir com o senhor. Deixa um debate.

1731 **Sr. Vinicius Prado Januzzi (Coordenação-Geral do Conselho Nacional de Política Cultural)**

1732 – Eu acho que é isso. Acho que a indicação de Fabiano também é leiam essa proposta, a  
1733 gente compartilha essa apresentação, pode nos enviar. Também é possível apoiar alguma  
1734 dessas sugestões e poder fazer a proposta que vocês têm. Acho que pode ser feito,  
1735 inclusive, esse diálogo entre essas propostas. Não para que chegue uma proposta e um  
1736 desenho no cenário. Acho que isso está claro que a gente vai chegar com dois desenhos.  
1737 Mas para saber quais propostas vão chegar no fim das contas para ser comparadas. E é  
1738 possível que ali naquele debate haja algumas. Também estamos indo com sua Ministra, só  
1739 que você vai encaminhar depois dessa reunião. Isso, a ideia é que a Ministra. Vai  
1740 encaminhar agora, vai encaminhar depois dessa reunião. Está com essa lei, trouxe ela já.  
1741 Você tem que enviar a sua equipe responsável e ela, enfim, vai poder fazer suas  
1742 notificações. E se puder apresentar o dia que for possível. É o nosso compromisso. É o  
1743 nosso compromisso. Amanhã, as novidades da manhã. Podemos encerrar? Podemos  
1744 concluir a reunião? Então está bom. Eu acho que a gente se compromete a enviar essa  
1745 descrição para vocês. Vocês se comprometem a enviar para a gente. Quanto antes, pelo e-  
1746 mail do Conselho. A gente faz essa apresentação comparativa na segunda. Apresenta na  
1747 terça-feira. Após acolhimentos ou não de ambas as partes que estiver sendo considerado.

1748 E a gente debate na terça-feira. Pode ser? Então, estão encerradas as atividades da 18ª  
1749 Reunião Ordinária da Câmara no tema de reestruturação. Nos vemos na terça-feira, na 16ª  
1750 Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Política Cultural. Pessoal, muito obrigado  
1751 por acompanhar este debate. Nos vemos na terça-feira. Até mais.

